

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A PRODUÇÃO DE FUMO NO BRASIL: RENTABILIDADE E EXPORTAÇÃO

Raphael Alves Machado

Nº de matrícula: 512544

Professor Orientador: Roberto Magno Iglesias

Junho de 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A PRODUÇÃO DE FUMO NO BRASIL: RENTABILIDADE E EXPORTAÇÃO

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”**

---

RAPHAEL ALVES MACHADO

Nº de Matrícula:512544

Professor Orientador: Roberto Magno Iglesias

Junho de 2010

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Dedico esta monografia a todos que me ajudaram direta e indiretamente na construção desta.

Agradeço a Deus, que tudo me proporcionou nesta caminhada para o meu crescimento, a meus pais, que sempre acreditaram em mim, ao professor e orientador Roberto Magno Iglesias pela prontidão as dúvidas e no fornecimento de material relevante e aos meus colegas de classe pelas memoráveis horas de estudos e dedicação.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL .....	12
2.1. PRODUÇÃO NACIONAL: ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE .....	13
2.2. PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE TABACO NO BRASIL .....	15
2.3. A OCUPAÇÃO NA FUMICULTURA.....	16
2.4 COMPARAÇÃO DE DADOS: DADOS OFICIAIS X DADOS PRIVADOS .....	18
3. O SISTEMA DE INTEGRADO DA FUMICULTURA: CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS .....	21
3.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA .....	21
3.2 NEGOCIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA.....	23
3.3 OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA .....	26
3.4 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO .....	29
3.5 CLASSIFICAÇÃO DE TABACO .....	31
4 PROCESSAMENTO DA FOLHA: CARACTERÍSTICAS E RENTABILIDADE ..	35
4.1 AS EMPRESAS QUE COMPÕE O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS .....	36
4.2 RENTABILIDADE.....	42
5. EXPORTAÇÕES DA FOLHA .....	44
5.1 OS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES .....	44

5.2 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO MANUFATURADO E NÃO MANUFATURADO .....	46
5.3 OS PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES.....	48
6 - CONCLUSÃO .....	50
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	53

## 1. Introdução

Os mais variados estudos nos mostram que o consumo do tabaco propicia as mais diversas anomalias à saúde das pessoas. É interessante notar que se hoje ele é visto como o grande vilão da sociedade contemporânea, no passado sua imagem era diferente. Observa-se uma imagem ligada a um simbolismo que conduz intrinsecamente sucesso, poder, charme, elegância e sofisticação, essa era a imagem que o cigarro proporcionava. No Brasil esse quadro não era muito diferente, os reflexos da sociedade européia e americana se projetam na sociedade brasileira, e o fumo se torna algo de importância singular, quase mística onde se encontra traços desta cultura até na bandeira imperial.

Com o passar do tempo, o Brasil assumiu um lugar de destaque nesta cultura. O país é hoje, um dos maiores produtores de tabaco no mundo, e desde a última década ocupa um lugar de destaque no comércio internacional do produto. Desde 1993 o Brasil tornou-se o maior exportador de tabaco em folha, exportando 600 milhões de toneladas/ano, um volume de exportação 4 vezes superior ao maior produtor em folha, a China.

A produção de tabaco no Brasil, data sua importância a partir do segundo império, porém a partir de 1915, instituiu-se uma produção com base em um sistema de integração, chamado Sistema Integrado de Produção de Tabaco, que segundo as associações a ele ligadas, o atribui como principal condicionante deste sucesso, que é basicamente regido através de um contrato entre indústria e produtores, onde a indústria apresenta um papel relevante na coordenação e no fomento. Atualmente as regras e as condições são estabelecidas em contratos em sua maioria tácitos, que prevêm e regulam desde assistência técnica até especificação do produto e quantidade produzida. Isto basicamente se deve a estrutura organizacional que o tabaco apresenta tanto no Brasil quanto no mundo, sob forma de oligopólio onde as atividades se estendem por mais de 50 países.

A concentração da indústria do tabaco no Brasil se localiza basicamente na região sul, e apresenta um dinamismo tecnológico e organizacional peculiar para uma cadeia agrícola, pois alia alta tecnologia, eficiência produtiva, arranjos institucionais entre a produção primária e processamento, mas ao mesmo tempo, apresenta traços marcantes

de mão-de-obra intensiva e baixa mecanização. Em suma, esta cadeia é complexa, e movimentada segmentos importantes da indústria, prestação de serviços e comércio. Condicionado a isto, observa-se que além da mão-de-obra intensiva, este setor também possibilita uma importante fonte de receita tributária. Atualmente, segundo a Associação Brasileira de Fumicultores (ABUFRA), o fumo emprega entre empregos diretos e indiretos, mais de 2.5 milhões de pessoas, e no ano de 2007 possibilitou o recolhimento aproximado de 7 bilhões de reais ao Tesouro nacional, envolvendo mais de 600 municípios.

O tabaco tem sido objeto de intenso debate no qual se misturam argumentos de natureza econômica, política e social. São fartos os atores e os ingredientes que alimentam a polêmica, como a militância antitabagista, a associação do fumo e a saúde pública. Em suma, o tabaco neste contexto passa a ser um jogo clássico de grupo de interesses, com estratégias sofisticadas e dinâmicas que coloca o governo em uma espécie de comportamento ambíguo, onde por um lado, é visto como conivente dado que é beneficiado via aumento de receita através da alevada carga tributária no setor, mas por outro lado, ocorre o combate, através de estímulo de redução de consumo, via políticas públicas.

Dentro desta ótica de estratégias podemos analisar alguns documentos confiscados pela justiça americana e assim ter uma intuição do pensamento da indústria de tabaco em relação à dinâmica do mercado e o potencial oferecido pelos países em desenvolvimento para a expansão de seus produtos<sup>1</sup>

*“O consumo de tabaco nas nações desenvolvidas seguirá uma tendência de redução até o final do século, ao passo que nos países em desenvolvimento o consumo poderia aumentar em cerca de 3% ao ano! Um quadro verdadeiramente promissor! Não haverá uma sociedade livre de tabaco, e sim um crescimento mantido para a indústria do tabaco” (Tobacco Reporter, 1989)*

*“Não deveríamos estar deprimidos somente porque o mercado total do mundo livre parece diminuir. Dentro do mercado total, existem áreas de sólido crescimento, particularmente na Ásia e na África; se abrem novos mercados às nossas exportações, tais como nos países da Indo-China e do Comecon; e existem grandes oportunidades de aumentar nossa participação no mercado de*

---

<sup>1</sup> CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON HEALTH SMOKING, 2001. Trust us: We're the Tobacco Industry. London / Washington..



*algumas regiões da Europa...Esta indústria é sistematicamente rentável. E existem oportunidades de aumentar ainda mais essa rentabilidade” (British American Tobacco (BAT), 1990).*

Segundo o Banco Mundial em 1999, existiam, cerca de 1,1 bilhão de fumantes existentes no mundo, 80% vivem em países em desenvolvimento e dos 100.000 jovens que começam a fumar a cada dia, 80% são de países em desenvolvimento, portanto esses dados parecem confirmar as estratégias como citado anteriormente.

Indo de encontro às previsões citadas acima, segundo as análises feitas pelo Banco Mundial a produção de tabaco no mundo, cresceu 59% entre os anos de 1957 e 1997. A maior incidência desse aumento ocorreu em países em desenvolvimento, cuja produção aumentou cerca de 128% enquanto a produção em países desenvolvidos caiu 31%, isto ocorreu devido ao reposicionamento estratégico das empresas buscando em países em desenvolvidos mão-de-obra barata e abundante e legislações antitabagistas com menor representatividade.

Iremos concentrar nossa pesquisa na estrutura agrícola do tabaco no sul Brasil, e observamos que a concentração espacial da lavoura na porção meridional, deve-se ao fato da instalação da Companhia de Cigarros Souza Cruz ter adquirido terras nas cercanias das cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul, onde estimulou o plantio e a curragem do fumo em folha. Ao mesmo tempo verifica-se a introdução de várias outras companhias de fumo, tanto de beneficiamento quanto empresas manufatureiras e empresas de exportação se instalando tanto na cidade de Santa Cruz do Sul, quanto em seus arredores, propiciando uma posição de destaque da safra gaúcha, responsável por 59% do total da área colhida na região sul, seguido por Santa Catarina 28% e Paraná 18%.

Por trás desta imensa estrutura montada, observa-se a utilização de mão-de-obra intensiva como o fator peculiar de uma cultura que ao mesmo tempo demonstra uma eficiência singular, como apresenta características de uma cultura subdesenvolvida, típicas de países de terceiro mundo como a utilização significativa de mão-de-obra infantil, que é justificada para atingir determinada produtividade e conseqüentemente determinada rentabilidade. A utilização de mão-de-obra infantil é um fator tão expressivo naquela região que em determinados períodos de colheita, o calendário

escolar é alterado, visto a importância destas crianças em determinadas épocas da colheita.

Esta estrutura envolve milhares de pessoas, que segue desde a fase do plantio até a comercialização. Segundo os representantes dos fumicultores, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas estão ligadas a esta produtividade, mas dados oficiais parecem não comprovar tal número, visto que, estes representantes não possuem nenhuma inferência estatística que dê credibilidade a tal indicador. Percebe-se no entanto, que este número pode ser considerado como uma pronta resposta ao impacto econômico que o intenso lobby que militantes antitabagistas e movimentos ligados a área de saúde pública fazem para a redução do consumo de cigarros.

O campo de pesquisa sobre este tema é amplo, os ingredientes e os atores são os mais variados possíveis. Em nosso caso buscaremos focar na cultura do tabaco e tentaremos fundamentalmente compreender o sistema produtivo e o mercado de tabaco do sul do país, tendo como base questões de natureza econômica derivada tanto de literaturas recentes como de análises anteriores sobre o assunto.

Iremos analisar no primeiro capítulo a atividade da fumiicultura, observando a produção. Analisaremos as regiões produtoras e observaremos a geração de emprego no setor, visto que, a cadeia produtiva do tabaco envolve vários atores de várias segmentações como plantadores, comercialização, empresas produtoras, processadoras, e prestadores de serviços técnicos. Iremos de fato, analisar as principais regiões que se concentram a produção de tabaco, aliado a isto, verificaremos a produção por tipo de folha que possui maior relevância no Brasil, analisando a área e o *quantum* produzido. Determinada a área e quantidade produzida, iremos analisar a geração de empregos nesta cultura, e confrontar os dados, pois buscaremos entender se de fato esses números são coerentes ou apresentam uma superestimação, a luz do argumento das associações, de que o estímulo da redução do consumo de tabaco implicará em perda de milhares de emprego se confirma. Para isto, iremos confrontar os dados privados aos dados públicos e chegar a uma conclusão sobre tal argumento

Em seguida iremos nos concentrar na racionalidade em que se baseia o sistema integrado de produção de tabaco, basicamente este sistema se justifica a partir das necessidades e dos principais objetivos das empresas tabaqueiras e dos produtores.

Deve-se destacar que a matéria-prima tabaco apresenta características intrínsecas diversificadas, que o impede sua comercialização como *commodity*. É neste ponto que se fundamenta a agregação de valor, pois no primeiro processamento observa-se a transformação dessa matéria desigual em uma *semi-commodity*, classificada de acordo com as características específicas de tabaco demandado tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Dessa maneira as empresas processadoras devem atender a uma demanda qualificada em termos de quantidade e de características intrínsecas do produto, como teor de pureza, características aromáticas.

As empresas processadoras operam como intermediários entre os produtores de tabaco, que tomam decisões relacionadas à oferta da matéria-prima e das empresas cigareiras que tomam decisões relacionadas à demanda do tabaco processado. Desta maneira as empresas processadoras são vistas como uma cadeia de suprimento para a indústria. Vale notar, que esse processo de intermediação é mediante a negociação, visto que o tabaco não é considerado uma *commodity*, esta negociação é composta por três pilares: as empresas, a Afubra e as Federações de Trabalhadores, onde ocorrem acordos tanto no que se refere à quantidade produzida quanto ao preço. Além destes elementos, percebem-se outros parâmetros significativamente importantes na negociação como, por exemplo: compra de toda a produção; pagamento do frete e do seguro do produtor até a indústria; aval de financiamentos dos insumos e débitos e repactuação de débitos.

Atualmente, essa integração agroindustrial do fumo, é composta basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados. Essa integração se dá através de contratos pelos quais as empresas se comprometem a fornecer assistência gratuita aos produtores integrados, repassar somente insumos certificados e aprovados para o uso da cultura, avaliar financiamento de insumos e investimentos, custear transporte da produção e comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. Em suma, podemos pensar neste mercado como formado por várias redes de empresas que competem entre si por fornecedores, matérias-primas e controle de mercado e diante dessa competição e dessa estrutura armada, iremos levantar questões em relação à organização do sistema, as formas de contratos e seus mecanismos de condução e verificar se este sistema é competitivo, ou inibe a concorrência. Portanto, tentaremos entender a natureza

econômica deste relacionamento, e verificar quais as perdas e os ganhos para os fumicultores, e a partir desta análise iremos detectar os possíveis problemas desse sistema.

No terceiro capítulo, nos concentraremos no processamento da folha. Esta fase pode ser sintetizada como o armazenamento refrigerado que conta com tecnologias que garantem características físicas e químicas. Depois de estocado, o fumo é encaminhado para o processamento, onde serão compostos os *blends*, que são as misturas de diversas classes de acordo com as especificações dos clientes e mercados. Neste capítulo, iremos descrever as características desse processo de produção, com objetivo de encontrar o volume processado e a rentabilidade das empresas processadoras e buscaremos identificar as características. Discutiremos, portanto, a relação entre o preço de exportação da folha processada e o preço pago aos fumicultores para verificar se de fato, o sistema integrado de produção de tabaco, ao qual, as empresas tanto citam como a principal variável do sucesso econômico do tabaco, apresenta benefícios significativos para a cadeia produtiva como um todo.

No quarto capítulo, observaremos o comércio exterior. Observaremos os maiores produtores e os principais concorrentes do Brasil no cenário internacional. Neste capítulo começamos com um panorama do tabaco na pauta de exportação brasileiro em seguida verificamos os principais mercados, o quantum exportado e verificamos os tipos de tabaco com maior demanda internacional. Em suma queremos verificar os fatores que impulsionam a demanda pelo tabaco brasileiro

No quinto capítulo iremos buscar a conclusão, onde iremos descrever o processo econômico da fumicultura, entender as vantagens e os problemas do sistema integrado de produção na fumicultura, verificando se de fato, esse sistema de produção integrado é tão benéfico a cadeia produtiva de tabaco como as empresas alegam. Determinaremos a rentabilidade do processamento da folha, buscando compreender algumas características do mercado internacional do fumo, para entender este apetite internacional tão intenso pelo tabaco brasileiro.

## 2. Produção de Tabaco no Brasil

A origem da cultura fulmageira no Brasil e sua concentração no Rio Grande do Sul, se confunde com a colonização do município de Santa Cruz do Sul, e pela utilização de mão de obra européia devido a política de estímulo a imigração europeus, introduzida no Segundo Império em 1849, que dentre outras características visava a necessidade de promover a agricultura voltada a produção de alimentos e ao mercado externo a partir de mão-de-obra não escrava , assim como necessidade de formação de um exército para proteger fronteiras

A região começou a se desenvolver entre 1885 e 1890, e a tendência de mercantilização da atividade primaria com a folha de fumo adequou-se ao desenvolvimento, especialmente, ao processo de produção capitalista. A economia fumageira instalou-se com características de minifúndio em virtude da legislação especifica a imigração vigente em meados do século XIX, determinado áreas de 48,4 há a cada colono/família

A característica peculiar desta cultura através de terrenos meridionais se deve aos traços da colonização alemã <sup>2</sup>, e foi fortalecida pela ação da recém instalada companhia de cigarros Souza Cruz já nas primeiras décadas do século XX, onde estimulou o plantio, e a curragem de folha de fumo. A produção local resumia-se em charutos e fumo de corda, hoje, bastante consumido no interior, mas sem acompanhamento estatístico.

Além da região sul, observa-se o plantio de fumo na região nordeste com destaque para Alagoas e Bahia. A diferença ente o cultivo nas duas regiões baseia-se no fato que, enquanto os da região sul se voltou para a fabricação de cigarro, na nordeste este desenvolvimento se deu nos fumos de cordas e copeiro para charutos.

É curioso notar que foi no nordeste que se iniciou o cultivo desta folha no Brasil, porém esta região não prosperou devido a hesitação da indústria fumageira baiana,em se

---

<sup>2</sup> Segundo Silva, Golfarb, Turci e Mores (INCA,2000) esta forma meridional era utilizada para acompanha a distribuição do curso do rio, assim todos os colonos se beneficiariam da água para o plantio, como implementada na região de Waldhurfen ao leste da Alemanha.

associar as empresas de capital estrangeiro. Borba(1975)<sup>3</sup> afirma que no início da década do século XX a Bahia era o principal estado produtor de fumo, mas suas indústrias não foram capazes de enfrentar as empresas concorrentes instaladas no sul que oferecia preços mais baixos.

## **2.1. Produção Nacional: Área, produção e produtividade**

A partir da década de noventa a produção nacional aumentou significativamente, levando o Brasil a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional: o segundo maior produtor mundial de tabaco e a liderança global da exportação do produto, representando 2% na pauta das exportações brasileiras. Este fator está condicionado diretamente as mudanças no cenário internacional, em especial a eliminação da produção do Zimbábue, em nível mundial, na década de 70 e pelo aumento de produtividade ligado ao modelo de produção integrada entre os produtores (agricultores e familiares) e a indústria. O aperfeiçoamento do sistema de produção integrado na região sul permitiu a melhora da qualidade do tabaco brasileiro, que garantiu a conquista de novos mercados internacionais em virtude da queda da produção mundial. A tabela I apresenta a evolução da produção, área colhida e o rendimento médio para a cultura de tabaco no Brasil e nos principais estados produtores. Os 3 estados do sul concentram a maior produção, correspondendo aproximadamente 95% de toda a produção nacional, os estados da Bahia e Alagoas representam uma produção com menos representatividade, sendo estes estados especializados na produção de tabaco escuro, voltado para a confecção de charutos, diferenciando do tabaco claro produzido na região sul do país.

No início dos anos 90 ocorreu um crescimento muito forte da produção brasileira que Segundo Buainain e Souza Filho (ET AL 2009) “(...) Essa expansão pode ser atribuída à expansão do crédito e a intensificação do trabalho de extensão rural realizada pelos orientadores agrícolas das empresas tabageiras no final da década de 80”. Vale salientar que apesar do declínio da produção no período entre 1995 e 1999, observamos uma expansão da área plantada em aproximadamente em 37%. Esse

---

<sup>3</sup> Borba, S.F.C industrialização e exportação de de fumo no Bahia, 1870-1930 (dissertação de mestrado). Salvador, UFBA, 1975

declínio da produção pode ser esclarecido devido à valorização cambial e conseqüentemente a perda de competitividade. Já a partir do ano 2000 até 2008, observamos uma expansão tanto na produção de 47% e em relação à área plantada temos um incremento de 39%, incorporando mais de 122 mil hectares de áreas de novas plantações.

**Tabela 1 Perfil da Produção de Fumo no Brasil**

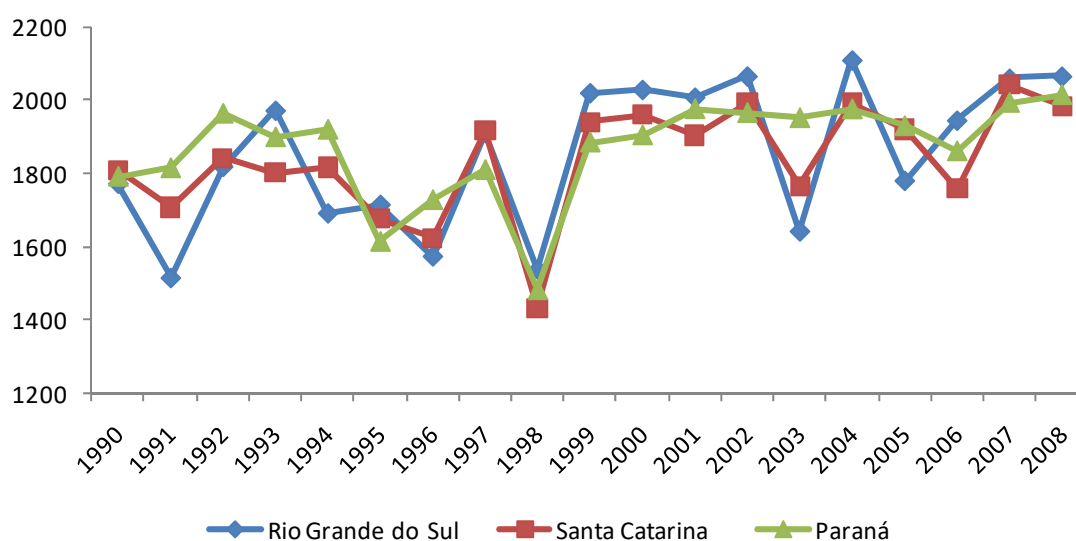
Produção	Brasil			Maiores Produtores														
	Área Colhida (hectares)	Rendimento médio	Rio Grande do Sul			Santa Catarina			Paraná			Bahia			Alagoas			
			Área plantada	Área Colhida	Produção	Área plantada	Área Colhida	Produção	Área plantada	Área Colhida	Produção	Área plantada	Área Colhida	Produção	Área plantada	Área Colhida	Produção	
1990	445,49	274,10	1625,3	115.451	115.445	204.615	84.244	84.244	152.396	22.502	22.502	40.315	17.038	16.943	10.549	27.168	26.568	31.584
1991	413,83	287,27	1440,6	123.183	123.183	186.568	84.940	84.940	145.048	22.865	22.865	41.494	16.606	16.569	11.617	30.538	30.538	22.152
1992	575,65	344,87	1669,2	154.186	154.138	280.330	108.700	107.599	198.201	31.085	31.085	61.000	15.681	15.371	7.583	28.320	28.320	22.398
1993	655,74	372,91	1758,4	161.610	161.610	318.690	126.171	125.611	226.421	35.364	35.364	67.141	12.364	10.184	5.261	31.730	31.730	28.896
1994	519,54	320,19	1622,6	135.716	135.716	229.524	95.458	95.458	173.372	33.039	32.987	63.304	13.912	13.912	11.250	32.340	32.340	33.201
1995	455,99	293,43	1554,0	130.350	130.155	223.159	80.997	80.997	135.732	32.603	32.588	52.638	16.475	16.468	11.970	23.700	23.700	23.120
1996	476,64	317,28	1502,3	133.542	131.492	206.918	102.951	102.504	166.468	34.776	34.446	59.531	16.847	16.847	12.944	23.380	23.380	21.688
1997	596,95	338,06	1765,8	143.690	143.590	274.451	104.804	104.784	200.736	41.163	41.163	74.493	14.607	14.607	9.630	26.090	26.040	29.322
1998	505,35	353,68	1428,8	154.958	153.204	235.519	116.761	114.286	163.768	38.724	38.624	57.312	13.597	13.577	10.508	27.824	27.824	31.270
1999	629,53	341,59	1842,9	151.765	151.664	306.393	105.523	105.523	204.675	36.047	36.019	67.872	12.300	12.300	9.491	28.573	28.573	32.148
2000	579,73	310,46	1867,3	145.480	145.320	294.873	96.117	96.117	188.327	33.908	33.908	64.554	10.399	10.399	8.419	17.710	17.710	15.876
2001	568,51	302,56	1879,0	148.668	148.503	298.193	93.678	93.645	178.207	34.714	34.714	68.554	10.597	10.589	8.846	13.348	10.448	10.638
2002	670,31	344,08	1948,1	165.213	164.506	339.832	112.067	112.067	223.382	41.977	41.977	82.459	11.164	11.164	9.947	9.698	9.698	10.425
2003	656,20	392,62	1671,3	196.369	196.179	322.078	120.899	120.899	213.339	49.855	49.855	97.237	12.458	12.458	11.192	9.525	9.425	8.775
2004	921,28	462,27	1993,0	229.007	228.946	482.968	143.112	143.082	284.825	64.489	64.489	127.329	10.894	10.894	9.730	11.925	11.895	13.295
2005	889,43	493,76	1801,3	242.180	241.730	430.347	145.806	145.806	280.045	78.999	78.999	152.371	11.950	11.950	10.987	10.700	10.600	11.206
2006	900,38	495,71	1816,4	243.249	243.065	472.726	138.714	138.712	244.011	85.247	83.413	155.201	12.930	12.930	13.069	13.540	13.380	10.972
2007	908,68	459,48	1977,6	231.110	230.448	474.668	121.969	121.969	249.015	78.636	78.636	156.644	11.413	11.413	10.722	13.024	12.824	13.022
2008	851,06	432,18	1969,2	216.196	215.683	445.507	116.268	116.268	230.641	73.543	73.543	148.036	8.845	8.845	8.662	14.000	14.000	14.000

**Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal**

O gráfico 1 acompanha a produtividade nos três estados da região sul. Observa-se basicamente flutuações devido a fatores climáticos, e econômico. O primeiro pode ser caracterizado com as mudanças climáticas ocorridas em 2003 afetando áreas importantes principalmente no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o segundo fator está diretamente ligado aos fundamentos econômicos como a taxa de câmbio favorável e o apetite da demanda internacional pelo tabaco brasileiro que possui excelente qualidade. Comparando o período de 1990 a 2008, a produção de tabaco na

região sul apresentou um crescimento de 107% e a produção atingiu 11.500 toneladas, já rendimento médio cresceu 5,45% comparado ao ano 2000. Portanto pode-se alegar que além da expansão da fronteira agrícola, observamos uma elevação da produtividade, em grande parte devido à difusão de inovações tecnológicas voltadas ao cultivo do tabaco.

Gráfico 1 **Produtividade na Região Sul**



Fonte:IBGE

## 2.2. Produção e participação por tipo de tabaco no Brasil

No Brasil predominam três tipos de tabaco: Virgínia, Burley e o Comum. Somente o tipo Burley e Virgínia representou em média, no período de 2000 a 2006, um universo de 91,29%, sendo o tipo Virgínia representado por 74,83% e o Burley 16,46%. O tipo Virgínia foi introduzido no Brasil, pela Souza Cruz em 1920, num processo de substituição de importação de fumo, e foi consolidado pelo sistema integrado de produção. Este tipo é utilizado para produzir tabaco de ábaco, que possui maior valor comercial. As variedades do Comum e Burley são submetidas à cura natural, à sombra ou em galpão, sendo este mais utilizado na produção de cigarrilhas e charutos. Esta variedade é preponderante na Nordeste, enquanto o tipo Virgínia tem predominância no sul. O Rio Grande do Sul é o maior estado produtor do tipo Virgínia, seguido por Santa



Catarina e Paraná. Segundo o Sindicato das Indústrias de Tabaco(SINDITABACO), somente nos três estados da região sul, 84% do total produzido na safra 2008-2009 correspondeu a esta variedade, enquanto o Burley, obteve uma participação de 14%

Tabela 1.2

Safra	Virginia		Burley		Comum		Outros		Total
	ton.	%	ton.	%	ton.	%	ton.	%	
1990	258.170	57,6	57.390	12,8	16.090	3,6	116.330	26	447.980
1995	282.480	72,4	52.220	13,4	3.710	1	51.590	13,2	390.000
1996	308.540	71,2	70.380	16,2	5.580	1,3	49.020	11,3	433.520
1997	429.890	73,1	100.970	17,2	8.870	1,5	48.440	8,2	588.170
1998	312.960	71,1	82.620	18,8	4.670	1,1	40.090	9,1	440.340
1999	440.130	74,6	100.740	17,1	5.230	0,9	44.000	7,5	590.100
2000	439.450	76,1	92.550	16	7.040	1,2	38.070	6,6	577.110
2001	412.450	75,7	89.480	16,4	7.170	1,3	35.670	6,5	544.770
2002	510.290	76,2	115.790	17,3	9.030	1,3	34.840	5,2	669.950
2003	480.340	75,5	115.410	18,2	4.790	0,8	35.280	5,5	635.820
2004	697.980	79,1	146.710	16,6	6.370	0,7	31.590	3,6	882.650
2005	690.960	78,8	144.310	16,5	7.720	0,9	33.440	3,8	876.430
2006	633.910	78,8	128.390	16	7.950	1	33.880	4,2	804.130

Fonte: Afubra

### 2.3. A Ocupação na Fumicultura

Segundo a Associação dos Fumicultores no Brasil (AFUBRA), a cadeia de fumo no Brasil, envolveu cerca de 2,5 milhões de pessoas no ano de 2008-2009, entre fumicultores, empregados da indústria de beneficiamento, pessoal de vendas, distribuidores e fornecedores de matéria-prima. A tabela 1.3, mostra que, segundo a AFUBRA e a ABRIFUMO, somente na lavoura, a produção de fumo em 2009 mobilizou mais de 186 mil famílias em mais de 729 municípios no sul do Brasil. Só na lavoura, segundo esta entidade, estima-se mais de 1 milhão de empregos gerados na lavoura e 30mil na indústria na entre safra de 2008/2009. As estatísticas oficiais disponíveis parecem não confirmar o volume de emprego direto na agricultura que as associações de produtores informam. Provavelmente estas associações superestimam a utilização de mão de obra neste setor, talvez devido à tentativa de intimidação devido aos lobbies que ONGs fazem para redução do consumo de cigarros, o que indiretamente

afeta toda cadeia produtiva. Mais a diante iremos confrontar estes dados e mostraremos que é possível encontrar estimativas inferiores do número de empregos na cadeia produtiva de fumo.

**Tabela 1.3 Estrutura de Empregos**

Descrição	Empregos		Total	%
	Diretos	Indiretos		
Lavoura	1.050.000		1.050.000	41,7
Indústria	30.000		30.000	1,2
Diversos		1.440.000	1.440.000	57,1
<b>Total</b>	<b>1.080.000</b>	<b>1.440.000</b>	<b>2.520.000</b>	<b>100</b>

Fonte: Afubra/Abifumo

Como são observadas as características das propriedades e da ocupação na fumicultura ,segundo a associação de produtores?

Em primeiro lugar, há uma proporção significativa de proprietários de terra, cuja utilização de mão-de-obra familiar é expressiva, sendo usual a utilização de crianças em algumas fases da lavoura, principalmente quando elas se encontram de férias escolares. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), na safra 2008/2009, 77% das famílias que se dedicavam a fumicultura eram proprietários de terra, enquanto 23% das famílias não possuíam terra e trabalhavam sobre regime de parceria.

Em segundo lugar, as pequenas plantações predominam. Em torno de 85,3% das famílias trabalham em propriedades que variam entre 1 e 20 há , conforme a tabela 1.4. A área média de propriedade segundo a AFUBRA, é de 16,1 hectares, dos quais 2,5 ha se destinam ao cultivo do fumo.

Podemos destacar em terceiro lugar segundo Iglesias (Opas 2006) que o cultivo, apesar de possuir um alto rendimento por hectare, esse rendimento tem menor variabilidade quando comparado com outras culturas, e esta menor rentabilidade está associado ao sistema integrado de produção, formado por fumicultores e empresas fumageiras, item que iremos abordar em um capítulo específico.

Tabela 1.4

<b>FUMICULTURA SULBRASILEIRA</b>				
2003/2004			2008/2009	
Distribuição Fundiária			Distribuição Fundiária	
Hectares	Famílias	%	Famílias	%
0	37.620	19,8%	42.380	22,7%
De 1 a 10	69.790	36,7%	68.260	36,6%
De 11 a 20	50.725	26,7%	48.580	26,0%
De 21 a 30	20.393	10,7%	18.630	10,0%
De 31 a 50	8.656	4,5%	6.770	3,6%
Mais de 50	3.086	1,6%	1.960	1,1%
<b>Total</b>	<b>190.270</b>	<b>100%</b>	<b>186.580</b>	<b>100%</b>

Fonte: Afubra

Em quarto lugar podemos analisar, por seu alto rendimento por hectare, o fumo representa a principal fonte de renda das famílias na lavoura de acordo com a Afubra.<sup>4</sup> Entretanto podemos observar que ocorre tanto uma combinação de culturas, como milho ou feijão, ou até mesmo atividades ligadas a pecuária, tanto para consumo como para vendas. O resto da propriedade é ocupado com outras culturas, áreas de reflorestamento e pastagens.

## 2.4 Comparação de dados: Dados oficiais x Dados privados

A fonte de dados do IBGE sobre ocupação na lavoura consiste em três canais: O censo Agropecuário, o censo populacional e a Pesquisa e a Pesquisa Nacional por Amostra e domicílios (PNAD). Optamos por trabalhar com dados censitários do IBGE, pois as amostras de campo pelo PNAD apresentam uma defasagem substancial, pois a amostragem do PNAD é pequena em áreas rurais, e extrapolar seus resultados para o Brasil teria resultados possivelmente inconsistentes.

<sup>4</sup> Segundo IBGE, mais de 90% das famílias ocupadas na produção de fumo são membro de famílias, residentes na fazenda e trabalhadores fixos. O emprego temporário representa menos de 10% do total

A AFUBRA estima que total de pessoas ligadas atividade permanente, multiplicando o número de famílias por um fator igual a 3,4. Este fator, segunda a AFUBRA , representa a média de pessoas ligadas a ocupação permanente na produção tabaco. No caso do Censo, foram considerados apenas responsáveis e membros da família mais empregados fixos.

**Tabela 1.5** Número de Produtores e de Ocupados Permanentes na lavoura do Fumo - Brasil

	Famílias Produtoras	Pessoas Ocupadas Permanentes		IBGE/Setor Privado (%)
	AFUBRA	AFUBRA	Censo IBGE	
1995/96	191.590	651.406	422.817	65%
2000/01	171.180	582.012	290.439	50%
2005/2006	198.040	673.336	384.091	57%

Fontes: Censo do IBGE, Afubra/Abrifumo

A tabela 1.5 acima demonstra a comparação de dados a nível nacional. Observa-se que os dados oficiais são sensivelmente inferiores nos três períodos analisados, uma possível explicação pode ser a superestimação das associações em áreas como o nordeste, onde há baixa representatividade. Segundo Iglesias (Opas 2006), a associação não tem uma presença direta nessa região e não existe um regime de integração, com produtores registrados para o fornecimento à indústria processadora. Como solução a este possível problema iremos comparar somente a área onde a Afubra, possui maior representatividade, ou seja, na região sul, e verificar se de fato os números são coerentes, ou não.

Como os dados da AFUBRA e dos produtores registrados do SINDIFUMO são mais representativos na região sul, decidiu-se comparar os dados privados desta região em comparação aos dados oficiais.

**Tabela 1.6** Número de Produtores e Ocupados permanentes na Lavoura de Fumo-Região Sul do Brasil

	Famílias Produtoras		Pessoas Ocupadas Permanentes		IBGE/Setor Privado (%)
	SINDIFUMO	AFUBRA	AFUBRA	CensoIBGE	
1995/96	140000	142.590	484.806	359.697	74%
2000/01	133217	134.930	458.762	237.919	52%
2008/2009	***	186.580	541.000	338.061	62%

Fonte: Afúbra e IBGE. Os dados da ABRIFUMO foram retiradas do Anuário Brasileiro de tabaco(2000,2002,2003)

Como os dados do SINDIFUMO representam os produtores registrados no sistema integrado, podemos considerar este dado como o mais próximo da realidade. Os dados da AFUBRA sobre famílias produtoras podem ser considerados bastante próximo, entretanto para dados comparativos, a estatística oficial mostra divergência significativa. Vale lembrar que os dados da AFUBRA não possuem nenhuma inferência estatística para definir a quantidade de pessoas ocupadas permanente na unidade produtora, alternativamente para estimar a quantidade de ocupados permanentes, ela utiliza uma média de 3,4 tornado superestimada qualquer informação relativo a ocupação permanente na lavoura.

### **3. O Sistema de Integrado da Fumicultura: Características e Problemas**

Iremos neste capítulo nos concentrar na racionalidade em que se baseia o sistema integrado de produção de tabaco. Historicamente, a partir dos anos 70 no Rio Grande do Sul, que é o maior produtor do país e em especial na região do Vale do Rio Prado, observa-se um amplo processo de instalação de grandes multinacionais, que se fortalece em razão da mão-de-obra familiar ( mão-de-obra barata). Nesta região, o complexo este agro-industrial promoveu o desenvolvimento em infra-estrutura física e institucional que definiu um modelo de desenvolvimento regional singular na cultura tabagista.

Atualmente, a fumicultura é integrada ao complexo agro-industrial do fumo, composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados. Essa integração se dá através de contratos pelos quais as empresas se comprometem a fornecer assistência gratuita aos produtores integrados, repassar somente insumos certificados e aprovados para o uso da cultura, avaliar financiamento de insumos e investimentos, custear transporte da produção e comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. Em suma, podemos pensar neste mercado como formado por algumas empresas que competem entre si por fornecedores, matérias-primas e controle de mercado e diante dessa competição e dessa estrutura armada, iremos buscar respostas para algumas perguntas como por exemplo: como está organizado o sistema? Como são os contratos de produção, suas regras e seus mecanismos de condução? Como é feita a classificação da folha? Portanto, tentaremos entender a natureza econômica deste relacionamento, e verificar quais as perdas e os ganhos para os fumicultores, e a partir desta análise iremos detectar os possíveis problemas desse sistema.

#### **3.1 A Organização do Sistema**

De maneira simples pode-se dizer que o Sistema Integrado do Sul, se justifica tanto a partir das necessidades e dos principais objetivos dos fumicultores como das empresas tabageiras. A princípio toda estrutura montada tende a um objetivo: atender aos requisitos impostos pela demanda, ao qual se pode destacar entre outras características o teor, cor e ausência de cloreto, compromissos com as demandas sociais, leia-se: ausência de trabalho infantil produção, ausência de contaminação, e proteção ao

meio ambiente. Mas dentre estas características impostas surge uma pergunta, como caracterizar o tabaco, que em tese é uma matéria prima com características heterogêneas (ou seja, uma matéria prima que apresenta características diversificadas) em um bem homogêneo? Em outras palavras, como comercializar uma matéria-prima que impede de ser classificado como commodity, devido a sua diversidade?

A grande nuance da indústria tabageira é encontrada neste ponto. A principal fonte de agregação de valor no primeiro processamento do tabaco é exatamente a transformação desta matéria-prima heterogênea em uma semi-commodity, classificada e empacotada de maneira homogênea em conformidade com mais de uma dezena de categorias de tabaco demandados e comercializados no mercado doméstico e no internacional. Vale notar que a qualificação da demanda varia segundo as empresas, segundo o mercado e os clientes que deverão atender.

“As empresas processadoras operam como intermediária entre os produtores de tabaco, que tomam decisões relacionadas à oferta de matéria-prima, e as empresas cigarreiras, que tomam decisão relacionada à demanda do tabaco processado” (Buainan e Souza filho, ET AL 2009). É interessante notar que esta imposição de oferta nem sempre é crível, pois existe uma variável que não se tem controle efetivo, como o caso do fator clima, tendo como resultando em determinadas colheitas total descasamento entre a oferta do produto em termos de quantidade e/ou qualidade, não coincidindo com as exigências da demanda. Para os intermediários, que compram e vendem este produto após a colheita seria melhor solucionado pelos movimentos de preços, como as operações no mercado *spot*, entretanto esta operação não é dominante devido as relações contratuais estáveis, que prevêm o fornecimento contínuo a clientes estabelecidos, assim como estabelecimentos de parcerias implícitas para assegurar tal fornecimento, ou seja, as empresas assumem um compromisso, ou pré-compromissos, com antecipação antes do plantio da safra e para cumprir estes compromissos é preciso construir um sistema adequado de fornecimento de matérias prima.

O tabaco deve ser fornecido de acordo com as especificidades técnicas fornecidas pela indústria tabageira. Um dos itens que compõe são os insumos, mesmo alguns de aplicação mais genérica, são fornecidos pela própria integradora que produz diretamente ou se abastece em empresas de insumos. E em alguns casos os insumos produzidos devem estar em conformidade com a especificidade técnica de cada empresa. O melhor

exemplo que poderia ilustrar isto seria o caso da Souza Cruz, o seu centro de pesquisa e desenvolvimento dá suporte a toda a cadeia e fornece as sementes que se ajustam as condições de clima e de solo de cada microrregião produtora, além disto, esta empresa conta com mais de 250 orientadores que atuam permanentemente no campo, em uma rede que responde pelo serviço de assistência técnica e pela difusão de informação e tecnologia para o fumicultor. Na produção do tabaco são necessários suprimentos agrícolas como defensivos, sementes, adubos e lenha para a cura. Os defensivos e adubos são produzidos por diversas empresas da indústria química. As sementes e a lenha são mercadorias do próprio setor agropecuário e, no caso desta última, boa parte é produzida pelos próprios fumicultores e utilizada no desenvolvimento da cultura. Temos portanto os ingredientes essenciais para a manutenção e o desenvolvimento da cultura tabageira, onde observaremos a fase mais sensível dessa interação que será a comercialização e a classificação da folha como veremos mais adiante.

### **3.2 Negociação e comercialização da safra**

É neste estágio que se verifica a movimentação de barganha dos agentes representativos tanto do lado dos fumicultores quanto do lado das indústrias. Esta fase ocorre geralmente no final da safra anterior e dura até o período de compra, ou seja, em janeiro. Mesmo ocorrendo reuniões oficiais documentadas em atas, geralmente não ocorre um consenso entre os preços até o início da colheita. Devido à complexidade de um acordo, pois envolve vários parâmetros de comercialização da safra como: preço, garantias de compra, a forma de pagamento, uma eventual necessidade de repactuação de débito dos produtores, frete, aval de financiamento dos insumos e investimentos. Esta dificuldade de chegar a um denominador comum se deve ao fato que, embora os contratos não sejam idênticos a todas as empresas, várias dessas condições de comercialização são reproduzidas nas cláusulas de compra e venda firmada entre várias empresas e seus integrados. Para termos uma idéia seguem abaixo alguns itens da puta de negociação da safra 2004/2005

- Compra de toda a produção – desde que respeitado todos os volumes dos contratos e o cronograma de compra estabelecido
- Pagamento do frete e do seguro do produtor até a indústria
- Pagamento do tabaco em até quatro dias
- Aval dos financiamentos dos insumos e investimentos



- Repactuação de débitos

É justamente na questão dos preços, leia-se índice de reajuste, que será praticado, que observamos a maior sensibilidade dos produtores, pois é neste ponto onde são contestados as maiores polêmicas e desacordos. Em linhas gerais tem-se uma tabela de preços mínimos que serão pagos pelo tabaco segundo sua classificação. Os compradores seguirão estes preços, embora tenham capacidade de alterar os preços numa espécie de “banda” devido ao maior ou menor rigor nas classificações dos produtos

As negociações de preço leva em consideração todos os custos de produção de tabaco em nível de produtor. Segundo Buainain e Souza filho (ET AL 2009) a Afubra, e o Sinditabaco, por meios de comissões técnicas, apuram o custo de produção a partir de uma planilha de coeficientes técnicos de produção, ainda segundo eles, esses coeficientes técnicos estimados por um hectare de tabaco, indicam as quantidades utilizadas de cada insumo, incluindo mão-de-obra familiar, em todas as etapas da produção. Para estimar tais variáveis foi contratada a universidade Federal de Santa Maria para realizar a amostra e a coleta de dados. Depois de formulado a base de dados foram estimados médias das quantidades de cada insumo utilizado por hectare, ou seja, os próprios coeficientes. Na tabela abaixo observamos o custo por hectare que é a soma de cada insumo utilizado.

O mais interessante de toda a discussão em torno dos preços a ser pago pelos compradores é que, o contraponto em questão, não é a questão dos coeficientes, mas sim a questão dos índices reajustes. Todas as partes envolvidas na negociação (leia-se Afubra e Sinditabaco) estão de comum acordo, apesar de saberem que tais estimadores estão defasados, visto que o ano base é de 1997, esta planilha continua sendo utilizada como parâmetros para o cálculo dos custos de produção, sendo portanto, um importante instrumento de negociação.

Pesado todos os parâmetros preestabelecidos, a determinação do índice final de reajuste dos preços não está livre de conflitos. É muito comum encontrar situações onde o processo de compra e venda de todo o plantio seja efetuado, sem conhecer os preços que servirão de compra e venda de referencia do tabaco. A falta de consenso ocorre fundamentalmente no índice de reajuste a ser aplicado no custo da mão-de-obra familiar o principal item na planilha de custos. Segundo Buainain e Souza filho (ET AL 2009)

não existe divergências fundamentais entre os representantes da indústria e dos produtores quanto o coeficiente técnico de mão-de-obra familiar que esta estabelecida na planilha de custos, a divergência advêm do índice reajuste, enquanto os representantes aplicam um índice de correção que reflete o índice de correção da mão-de-obra contratada, o SindiTabaco oferece um reajuste vinculado ao INPC. Para termos uma idéia desta divergência em janeiro de 2005, a indústria oferecia um reajuste de 10% e os representantes reivindicavam 19,1%. Como não houve acordo com os representantes dos produtores a venda de tabaco neste ano foi reajustado em 10%.

Tabela 3.1 : Planilha de Custos de produção de Tabaco Virgínia

Discriminação	R\$/hectare	%
<b>1 Custos variáveis</b>		
Mão de obra	4284,22	50,9%
Operação com animais	96,57	1,1%
Operação com benfeitorias	92,49	1,1%
Operações com benfeitorias	104,73	1,2%
Suprimentos agrícolas	1906,98	22,6%
Lenha	646,31	7,7%
Energia elétrica	12,34	0,1%
Seguro da produção	222,37	2,6%
Funrural	187,78	2,2%
Despesas Financeiras	125,15	1,5%
<b>subtotal</b>	<b>7678,94</b>	<b>91,2%</b>
<b>2 Custos Fixos</b>		
Correção de solo	55,24	0,7%
Depreciação de utensílios e implementos	283,35	3,4%
Depreciação de animais e máquinas	131,43	1,6%
Depreciação de benfeitorias	274,35	3,3%
<b>subtotal</b>	<b>744,37</b>	<b>8,8%</b>
<b>Total</b>	<b>8423,31</b>	<b>100,0%</b>
Produtividade	kg/hectare	2092
Custo Operacional	R\$/Kg	4,03

fonte: Afubra

### 3.3 Os Contratos de Compra e Venda

O processo de negociação envolve uma formalização contratual entre o produtor e a empresa integradora, onde são definidas as atribuições de um contrato de compra e venda antes do início do ano-safra. Na prática esse contrato base é universal, onde todas as empresas o adotam e fazem insignificantes alterações, e por instrução da Afubra é também observado a adoção de um contrato semelhante ao utilizado pelas empresas, não havendo portanto tal discrepância entre os contratos, resultando em seguidas negociações contratuais por cláusulas específicas.

Para as empresas esse contrato é a peça fundamental para reduzir as incertezas e planejar o suprimento da matéria-prima, controlar a qualidade, a quantidade e os requisitos necessários ao atendimento das demandas dos clientes finais. Procurando manter um fluxo de suprimento de tabaco, as empresas se obrigam a prestar serviços, prover informações tecnológicas, viabilizar recursos para o custeio da produção e investimentos em infra-estrutura. Arcam com os custos de transporte e estabelecem relações com os produtores de insumos que serão utilizados na produção.

Para o produtor, o contrato de compra e venda assegura a compra de toda produção a um preço previamente acordado, e garante assistência técnica, acesso ao crédito e viabiliza a produção para os agricultores que teriam dificuldades de empreender o negócio de outra forma. Além disso, o produtor é assegurado pela Afubra, e incorporado ao próprio contrato de compra e venda assinado com a empresa que se responsabiliza pela cobrança do valor do seguro quando o produtor realiza a venda, contra eventuais desastres ambientais, como granizo e tempestades. O contrato também assegura ao produtor a venda em folhas de tabaco a preços preestabelecidos, com ou sem um acordo entre as empresas e as organizações representante dos agricultores.

As empresas prevêm, variação máxima de 5%, para mais, ou para menos, em relação à estimativa pela qual se comprometeram a adquirir. Se o agricultor produz acima da estimativa, a empresa compra até o limite de 5% a mais do que o previsto no contrato. Se o agricultor produz abaixo, a empresa não compra e arresta a produção para honrar o débito referente ao pacote tecnológico, acaso ultrapasse 5% do estimado a queda na produção. É uma medida para evitar o “desvio da produção”, a

comercialização livre do tabaco com as demais empresas. (Almeida, Guilherme, 2005;44)

As empresas na verdade impede a liberdade de negociação da safra ao agricultor e impede a concorrência entre empresas do setor e a livre definição dos preços praticados pela lei da oferta e demanda, realizando uma reserva de mercado, favorecendo um “cartel do tabaco” e o controle do processo de endividamento dos agricultores.

Os principais elementos formalizados nos contratos são:

- A empresa se compromete a adquirir toda a produção de tabaco em folha contratada com o produtor, por preço preestabelecido para os tipo de tabaco classificado em conformidade com as regras do ministério da saúde.O tipo de tabaco (Virgínia e/ ou Burley) e a variedade da semente, são também especificadas em contrato.
- Cadastro do produtor: esse documento reúne uma série de informações que são analisadas pelas empresas para fins de liberação de financiamentos aos produtores, incluindo dados pessoais do produtor e do cônjuge, assim como das demais pessoas que trabalham na propriedade, sobre a propriedade e sobre a área (no caso dos arrendatários), benfeitorias, avalista, máquinas e implementos, veículos, e também demonstrativo sobre a receita bruta anual. (Deser,2003)
- Definição do local de entrega. Em geral as empresas se comprometem com o transporte, com as instalações do produtor e com as instalações onde o tabaco ficará instalado. Cabe o produtor escolher o transportador entre os autorizados pela empresa, que não tem qualquer responsabilidade em preda de fardos ou tabaco molhado e outras eventuais perdas ocorridas durante o transporte.
- Procuração para a Afubra: através desse documento, o produtor concede poderes para que a Afubra assine em seu nome os documentos necessários para a formalização de financiamento bancário, na modalidade de crédito rural destinado ao custeio agrícola para a produção. (Deser, 2003)
- O produtor compromete-se a adotar o pacote técnico fornecido pelas empresas, cujo detalhamento varia entre empresas. Neste ponto observa-se que a empresa concede o direito de vender a totalidade ou parte dos insumos agrícolas utilizados. As

empresas fornecem sementes e adubos, mas existem situações em que é imposto um pacote mínimo e os produtores são obrigados a adquirirem, no mercado, insumos e implementos de uso genérico; em outras adotam um pacote completo, que fornecem todos os insumos utilizados no processo produtivo. Embora não seja explícito a obrigação de utilizar a quantidade e qualidade de determinados insumos, o contrato determina a utilização somente de insumos aprovados e adequados ao cultivo de tabaco, além dos insumos as empresas determinam um agrônomo. Na prática esse profissional é um funcionário da empresa, mas cabe lembrar que isto não está na cláusula contratual.

- Segundo Buainain e Souza filho (ET AL 2001) as empresas se comprometem a fornecer orientação técnica, na maioria dos casos realizada por funcionários da mesma por meio de visitas individuais e reunião em grupo. Várias empresas distribuem boletins técnicos e publicações para melhorias na prática deste cultivo, inovações tecnológicas e campanhas contra uso de trabalho infantil.
- O produtor deverá se comprometer-se em fornecer o produto de acordo com as normas e especificações do contrato, ficando a empresa no direito de não adquirir tabaco que apresentar resíduos de insumos não recomendados.
- Declaração de ITR (Imposto Territorial Rural): devido a uma exigência dos Bancos para liberação de crédito rural, o produtor também precisa assinar uma declaração de que não existem débitos relativos ao imóvel objeto do financiamento perante a Receita Federal, relativo aos últimos cinco anos.
- Nota promissória: embora conste no contrato de compra e venda do fumo todas as obrigações do produtor, a maior parte das empresas tem o costume de emitir uma nota promissória para que o produtor assine, correspondente ao valor da nota fiscal de fatura dos insumos que gerará o financiamento. (Deser, 2003)
- E o agricultor deverá manter-se livre da utilização de mão-de-obra infantil. Esta última cláusula foram incorporados os contratos recentemente, em função da crescente demanda dos clientes das empresas. Em geral isto se deve em grande parte como proteção contra uma fonte de propaganda adversa ao setor como um todo.

O número de excessivo de documento para a formalização do contrato acaba gerando uma série de dúvidas em relação aos produtores, outro ponto relevante nesta

questão refere-se à questão da própria escolaridade, que segundo a AFUBRA, o nível de escolaridade de 89,5% dos agricultores consiste somente no ensino fundamental incompleto, ou seja, além de não ler muito das vezes os contratos, os que tentam, encontra dificuldade na compreensão dos contratos. As empresas argumentam que instruem seus técnicos para auxiliarem em qualquer tipo de dúvida, no entanto em depoimentos em vários artigos, os agricultores contra argumentam que geralmente esses técnicos quando levam os documentos apresentam geralmente muita pressa e demonstram somente o lugar para assinar ficando, dúvidas diante das “pilhas de folhas” do contrato muitas das vezes não são esclarecidas.

### **3.4 A Questão do Financiamento**

Os choques adversos na economia brasileira na década de 80 propiciaram profundas transformações no setor de crédito. O crédito rural que seguia como principal instrumento de política pública perde sua força, junto a isto, observa-se que a política de crédito perde sua capacidade de orientar a decisão dos agricultores e conseqüentemente perde a capacidade de orientar o fluxo da produção.

A forma encontrada pelos segmentos mais organizados do setor agroindustrial, foi a criação de mecanismos de financiamentos, estruturados com base em recursos próprios e alavancados juntos ao sistema bancário nacional (Belik e Paulillo, ET AL 2001). Devido à necessidade constata de subsídios e proteção, o setor agrícola apresenta sua maior fragilidade, o modelo onde o Estado se comporta como provedor de recursos e orientador é substituído por crédito focado, oferecido com condições especiais, mas com um custo real positivo, e desenvolvido com mecanismos financeiros sofisticados, possibilitado pela resolução do Bacen onde é observado por exemplo a abertura de captações externas com isenções e IOF. Entre os novos instrumentos podemos observar a Cédula de Produto Rural (CPR), que são um instrumento de financiamento privado, a utilização de contratos de opções de vendas (Resolução CMN n 8.920/1994); e segundo Belik e Paulillo (ET AL 2001), os avanços de financiamento direto junto à empresas de insumos agroindustriais.

A cadeia do tabaco de certa forma é financiada por um conjunto de mecanismos de financiamentos, entre os quais podemos destacar:

- Recursos oriundos de crédito rural operado compulsóriamente por bancos comerciais público e privado – através de CPR;
- Fontes externas;
- Recursos provenientes do BNDES

O principal programa de financiamento de agricultura familiar o Pronaf, deixou de financiar os produtores de tabaco em 2002, sob a justificativa de desalinhamento da política de diversificação. A resolução 3001/2002 corrobora o veto de concessão de créditos ao tabaco desenvolvido em regime de parceria ou integração com indústrias tabageiras. Como podemos observar na tabela abaixo, ocorreu uma redução para zero no nível de participação de créditos na região sul.

Para o custeio e manutenção da cultura do tabaco necessita-se de volumosos recursos, pois para tal calculo deve-se levar em conta parâmetros como insumo agrícola, a estimativa de gasto com mão de obra, a colheita o gasto como solo.

Devido a dificuldade do pequeno agricultor de conseguir linhas de créditos devido basicamente a ausência tanto de colateral, como os altos custos de transações , a indústria faz o intermédio entre bancos e produtores , por toda tramitação administrativa e pela concessão do aval. Neste caso as exigências são menores, entre as exigências encontram-se a proposta de financiamento, o orçamento detalhado, comprovante de residência e de rendimento do produtor. Os recursos são repassados a conta do produtor mediante a sua autorização. O grande motivo de incerteza deste processo todo se baseia na ausência de prestação de contas nesta fase, pois o produtor em geral não tem acesso a CPR e NCR (notas de crédito rural), que contém informações sobre condição de prazos, juros, taxas... Este procedimento nos mostra de fato a precariedade e a falta de transparência deste sistema, pois sempre lança dúvidas em relação às operações de créditos realizadas em nome dos produtores.

Esta atividade também conta com outras linhas de créditos como a Finame/BNDES, além de linhas especiais criadas pelos próprios bancos como o caso do Banco do Brasil (a linha MCR 6.2) e bancos regionais como o Banrisul que desenvolveu linhas especiais direcionadas para atender a indústria do tabaco.

Segundo Buainain e Souza filho (2009), a cobrança de crédito de custeio esta prevista no contrato de compra e venda de tabaco em folha, e as empresas descontam o

valor do financiamento no pagamento do tabaco. Em relação aos juros, consta no contrato que a empresa assume os encargos incidentes do empréstimo, desde que este forneça toda a produção de tabaco em folha e que o financiamento se destine à compra de insumos agrícolas da empresa.

### 3.5 Classificação de Tabaco

A classificação da folha em fumo curada, esta expressa na portaria n.526 de 20 de outubro de 1993, que determina que o tabaco em folha curado esteja classificado em grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo seu preparo, apresentação, e a posição das folhas em planta, cor das folhas e sua qualidade (Deser,2003). Segundo seu preparo o tabaco é dividido em dois grupos: Tabaco de Estufa e Tabaco de galpão. O tabaco de estufa é aquele submetido à cura em estufa, com temperatura e umidade controlada (*Flue cured*), incluindo neste grupo os fumos de variedade Virginia. O tabaco de galpão é aquele submetido à cura natural, à sombra, ou em galpão (*Air cured*) incluído neste grupo os fumos de variedade Burley e Comum. Independentemente ao grupo que pertença, o fumo segundo sua apresentação e arrumação está classificados em folhas manocadas e folhas soltas. Folhas Manocadas - conjunto com o máximo de 4 cm de diâmetro, cujo as folhas se encontram juntadas e amarradas pela extremidade dos talos por folha da mesma classificação, devendo ser uniforme quanto ao tamanho, posição da planta, cor e qualidade. Folhas Soltas – conjunto de folhas a granel e com talo inteiro, devendo ser uniforme quanto ao tamanho, posição da planta, cor e qualidade.

E termos de classes temos: X,C,B e T, onde a classe X (baixeiras) corresponde às folhas situadas na parte inferior da planta, possuindo textura laminar fina, com formato em folha arredondado e com espessura de talos e nervuras finas. A classe “C” (semimeeiras) corresponde as folhas localizadas no meio inferior das planta, possuindo um formato arredondado a oval, com espessura média do talo e nervura. A classe “B” (meeiras) corresponde às folhas situadas no meio superior da planta, de textura laminar média a encorpada, com formato oval com espessura média a encorpada do talo e nervuras. E por fim a classe “T” que corresponde às ultimas folhas do pé, de textura



laminar média a encorpada ou grossa, formato lanceolado e com espessura do talo e nervuras de média a encorpada ou grossa.

O fumo em estufa, segundo a cor das folhas esta classificado em três subclasses: O, L e R , onde a subclasse “O” consiste em folhas de cor laranja admitindo-se manchas castanhas em até 50% da superfície; “L”, consiste em folhas de cor limão, admitindo-se manchas acastanhadas que ocupem em até 50% da superfície e “R”, folhas em que a cor castanho claro e escuro ocupem mais de 50% das folhas . Já o fumo de galpão apresenta a somente a subclasse “L”, folhas de coloração castanho claro, separando-as daquelas que possuem coloração castanho escuro.

Segundo a qualidade, os fumos de estufa e galpão estão classificados em três tipos: Tipo 1 . folhas maduras, com boa granulidade e elasticidade, com textura de acordo com a sua posição na planta e cor de forte intensidade; Tipo 2 . folhas maduras, de granulidade e elasticidade moderada, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de intensidade moderada; Tipo 3 . folhas não maduras a passadas de maduras, de granulidade e elasticidade mínimas, com textura de acordo com sua posição na planta e cor de fraca intensidade. O fumo de estufa dos tipos 2 e 3, independentemente da classe, possui três subtipos: (G1) folhas que apresentam em sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada ou pálida, carijó, preta, descorada ou queimada pelo sol, escaldada na estufa, avermelhada ou tostada por excesso de calor durante o processo de cura e com aroma linóleo; (G2) folhas com características de tabaco maduro, que no processo de cura secaram com manchas esverdeadas, excluída a coloração verde capim; (G3) folhas características de tabaco imaturo, que no processo de cura secaram com manchas esverdeadas, excluída a coloração verde capim. O fumo de galpão possui dois subtipos: (K) folhas das classes X, C, B e T que apresentam em sua superfície, isoladamente ou em conjunto, coloração esbranquiçada ou pálida, acinzentada, descorada e queimada pelo sol; .(G). folhas que apresentam coloração esverdeada, excluída a coloração verde capim. A combinação de todas estas características apresentadas faz com que obtenha 48 classes de fumo da variedade Virginia, 28 para a variedade Burley, e 18 para o Comum.

Contudo observa-se que é nesta fase onde se encontra a maior incidência tensões e conflitos entre o produtor e as empresas, vejamos o por quê. Os preços de diversas classes são pré-acordados antes da fase de plantação, mas a classificação ocorrerá

somente no período de entrega do produto. Dessa forma apesar de o preço de referência ser sinalizado de acordo com a característica de cada classe de tabaco, o preço final a ser pago, será revelado somente no momento da venda, quando se saberá a classificação estabelecida na unidade de processamento. Logo a classificação tem um papel central na formação de renda tanto para o produtor quanto para a indústria. O melhor dos mundos seria o comportamento imparcial da indústria perante a classificação que seria baseada através de regras e normas que definem os vários tipos de tabaco, mas não é isto de fato que acontece, na prática a classificação é utilizada como importante processo de preços recebido pelo produtor. “Esse é o principal foco de exploração dos camponeses, o mecanismo central para o domínio da cadeia produtiva por parte das transnacionais integradoras, pois é onde se define a distribuição de renda gerada na atividade, e onde se opera a previsibilidade e a segurança da execução dos contratos de exportação de fumo, mantendo um número estimado de agricultores integrados por meio do endividamento programado”. (Almeida, Guilherme, 2005: 75).

Esse conflito na classificação dependerá de fato de dois fatores fundamentais: as condições gerais de mercado; e a necessidade do tabaco de determinada classe, em um determinado momento por parte da empresa. O primeiro baseia-se nas condições de oferta e demanda se, por exemplo, ocorrer algum incidente climático como por exemplo alta intensidade de chuva, a probabilidade se ter um excesso de folhas com baixa qualidade é muito maior, neste caso a empresa poderá instruir o classificador para que seja mais rigoroso na classificação, não admitindo eventuais tentativas do produtor sobre classificar o produto.

O conflito tenderá a ocorrer de forma mais intensa quando a empresa firma um contrato de exportação ofertando determinada classe de tabaco, caso seus fornecedores ofertem classes de tabaco indesejáveis. Nesse caso o classificador mais rigoroso, qualquer ausência de especificação será motivo de rebaixar a classe, e dessa forma, pagar um preço menor. A tentativa de barganha sempre tende a ocorrer neste tipo de negociação, porém a margem de sucesso do produtor tende a se tornar reduzida devida as condições pré-determinada pela empresa. Caso, o produtor não concorde com a classificação obtida pela empresa, ele poderá solicitar um classificador oficial, mas essa opção nem sempre apresenta um resultado imparcial, que de fato, seria o esperado, pois, em geral a classificação que ele atribui é geralmente inferior a aquela pretendida por eles. Diante deste quadro, os dois lados apresentam argumentos coerentes de acordo

com o seu ponto de vista. Segundo as empresas, os classificadores sempre aplicam a norma com rigor diferente da flexibilização que geralmente a empresa concede já os produtores argumentam que os classificadores não têm autonomia para contrariar as indústrias, pois são elas que de fato pagam os salários deles.

Mas diante do impasse de não conformidade da classificação imposta ao tabaco, como ficam os produtores que não aceitam o preço pego pela empresa integradora? Caso o produtor não apresente a qualidade determinada pela empresa no período da entrega, outras empresas não integradas poderão se tornar potenciais compradoras, desde que apresentem um preço melhor. O produtor dependendo das opções disponíveis poderá vender para um intermediário ou mesmo para uma empresa que não tenha contrato de integração ( entregando o tabaco em nome de outro produtor que esteja integrado, ou mesmo em nome de parentes). A própria integradora autorizará a venda, pois ao mesmo tempo não entra em conflito com o produtor e se abstém de comprar uma safra indesejável. A forma como é feita esta manobra no sistema integrado se dá da seguinte forma: as empresas classificam com rigor, reduzindo os preços pagos, liberam os produtores a vender a terceiros ( embora exigindo ou renegociando o pagamento da dívida).

#### 4 Processamento da folha: Características e Rentabilidade

O fumo destina-se à indústria de cigarros e de charutos. Destacam-se como principais tipos de fumo processados no Brasil o “Virgínia”, o “Burley” e o “Comum”. O “Virgínia” é um tipo de fumo claro e de sabor e aroma suave e é o mais utilizado na indústria de cigarros. O “Burley” é um fumo escuro utilizado em menor escala que o Virgínia na produção de cigarros, tendo um sabor e aroma médios entre o suave e o forte. Já o “Comum” é um fumo escuro, de sabor e aroma fortes, e usados, por estas razões, em menor escala na produção de cigarros.

Do ponto de vista da demanda, os tabacos “Virgínia”, “Burley” e “Comum” apresentam características organopléticas próprias e específicas e não podem ser substituídos entre si. Em outras palavras, isso significa que, para um fabricante de cigarros que necessita de um tipo específico de fumo, outro tipo não serviria para os fins de sua produção, isso porque cada marca de cigarros é feita a partir da utilização de um *blend* de tipos e classes diferentes de fumo. Vale ressaltar, no entanto, que as empresas produtoras de cigarros utilizam diferentes tipos de fumo, o que faz com que as empresas fornecedoras de folhas de tabaco processem todos os tipos supracitados para as empresas clientes. Do ponto de vista da oferta, as empresas processadoras de fumo possuem linhas de produção aptas a processar qualquer um dos três tipos de tabaco acima descritos.

O processo industrial do fumo consiste, basicamente, na separação das lâminas ou folhas, dos talos ou nervuras da folha, cuja operação é chamada de destala. Em seguida, é efetuada a esterilização ou secagem, sendo o processo produtivo finalizado com a embalagem dos produtos resultantes em sacos, caixas ou fardos. É importante salientar que cada tipo de fumo possui características individuais, tais como umidade, textura, tamanho da folhas, peso específico, forma-disposição das nervuras na folha, devendo a regulagem dos equipamentos utilizados no processo industrial contemplar estas características de forma a produzir fumo dentro dos padrões internacionais. As empresas processadoras de fumo possuem mais de uma linha de produção, ficando, cada uma delas reguladas para um tipo específico de fumo. Quando as empresas possuem apenas uma linha de produção, é possível, em intervalos de duas a três horas, adequar à

regulagem dos equipamentos utilizados no processo industrial. Desta forma, considera-se que existe flexibilidade da oferta para o processamento dos diferentes tipos de fumo.

Neste capítulo, discutiremos, portanto, a relação entre o preço de exportação da folha processada e o preço pago aos fumicultores para verificar se de fato, o sistema integrado de produção de tabaco, ao qual, as empresas tanto citam como a principal variável do sucesso econômico do tabaco, apresenta benefícios significativos para a cadeia produtiva como um todo.

#### **4.1 As empresas que compõe o sistema integrado de produção e suas características**

Nesta seção iremos apresentar o perfil das principais empresas no setor de beneficiamento de tabaco. A indústria do fumo se organiza mundialmente sob a forma de oligopólio (estrutura de mercado com pequeno número de grandes empresas que dominam o mercado internacionalmente) e as atividades de produção e comercialização de tabaco e seus derivados se estendem por mais de 50 países. Quando analisado as indústrias fumageiras que atuam no Brasil, especificamente na região sul, a maior parte delas está vinculada ao capital internacional, surgido basicamente através da dinâmica de fusões e aquisições. As empresas do setor podem ser segmentadas em 3 grupos: empresas líderes, empresas satélites tradicionais e novas empresas satélites. O primeiro grupo é formado por poucas grandes empresas de capital estrangeiro, dentre eles americano, japonês e inglês. Já no segundo grupo observamos a presença relevante de empresas de capital nacional e que estão instaladas mais tempo no Brasil, e o terceiro grupo é formado por empresas que entraram recentemente no Brasil, aproveitando as oportunidades criadas devido à mudança do cenário internacional e pelas condições de qualidade apresentada pela produção nacional. Entre as principais entrantes podemos desatacar: a Continental Tobaccos Alliance S/A e a Associated Tobaccos Company Brasil. A falta de uma uniformidade da análise nestas empresas se deve a falta de informações disponíveis principalmente nas empresas de capital fechado, superado este requisito podemos observar:

## Souza Cruz

Criada em abril de 1903, com apenas 16 funcionárias o imigrante português Albino Souza Cruz começou a produzir, em um sobrado no centro do Rio de Janeiro, a marca Dalila, foi o primeiro produto da nascente Souza Cruz & Cia. Em 1914, Albino Souza Cruz, transformou a companhia em empresa de capital aberto, em seguida foi incorporada a British American Tobacco (BAT).

Inicialmente suas operações eram restritas a região Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro, mas a partir de 1917 foi construída a primeira unidade de beneficiamento em Santa Cruz do Sul (RS), e a partir de 1927, suas operações de fabricação de cigarro foram expandidas para outros estados, como São Paulo, Bahia e Minas Gerais. A Souza Cruz é uma companhia presente em toda a cadeia estruturada do tabaco, desde a pesquisa e desenvolvimento de sementes, até a produção de cigarros para consumo final, participando, inclusive do processo de produção de folha por meio do Sistema Integrado de Produção, com os produtores agrícolas.

A Souza Cruz atua em toda a cadeia produtiva de forma verticalizada. Esta dinâmica gera milhares de empregos e integra a atuação de 40 mil produtores de fumo, que contam com o apoio de orientadores agrícolas da Companhia em todo o processo de produção, e 247 mil varejistas, Destes, sete mil são empregados diretos e três mil são safreiros, contratados por prazo determinado, durante a época da safra industrial (período de compra e beneficiamento de fumo) (Souza Cruz,2009).

No que diz respeito a produção de cigarros, a Souza Cruz é líder desde 1950, quando produzia cerca de 21 bilhões de cigarros. Já em relação ao quadro atual, a participação de mercado totaliza 62% e o volume em unidades representa 72,8 bilhões de unidades, seus principais produtos são: Derby com 28,3% do mercado total, Hollywood com 10,4% , Free 9,4% ,Duhill/ Carlton 7,1% , dessa participação observa-se uma receita bruta de R\$ 12 ,1 bilhões de reais, sendo o governo responsável por captar R\$6,3 bilhões através de impostos, gerando um resultado líquido de 1,5 bilhão de reais em 2009.

Em meados da década de 1990, a Souza Cruz passou um processo de reestruturação com o objetivo de reduzir despesas. O resultado deste processo foi à consolidação da produção em poucas plantas: das sete usinas de beneficiamento na

década de 70, ficaram somente três em 2005; das dez fabricas de beneficiamento, restaram apenas duas. Contudo apesar dessa redução, podemos constatar que isto não significou queda na produção, pelo contrario, ocorreu substituição por plantas defasadas por plantas mais modernas, como o caso da fabrica de Cachoeira inaugurada em 2003 com R\$ 500 milhões em investimentos.

### Alliance One

A Alliance One, surgiu em 2004 após a fusão da Dimon Incorporate com a Standard Commercial Corporation, ambas de capital americano, em 2004. Desta fusão o capital social esta dividido em 52% para a Dimom Inc e 48% para Standard.A Alliance ocupa o segundo lugar na comercialização de folhas em nível mundial e o terceiro no mercado interno. Após essa onda de fusões, ao qual podemos destaca como mais relevante no mercado brasileiro de tabaco na década de 90, a Meridional Tabacos (Stanford Commercial Corp.), que passou a deter uma participação de 31,8%, superando a Universal Leaf (Seae, 2005) Estima-se que a empresa processe 140 mil toneladas de fumo junto aos 38 mil produtores integrados e emprega diretamente mais de 3500 funcionários entre efetivos e temporário (Deser,2003).

Sua atividade no Brasil data a partir de 1933 (através da Dimon), e a dinâmica de fusões e aquisições foi essencial para a consolidação de suas atividades principalmente ao longo da década de 1990. A Dimon (subsidiária da Alliance) não cultiva tabaco, nem produz cigarros, exercendo papel intermediário no processo produtivo, comercializado e processando insumo para os fabricantes de cigarros e derivados do fumo.

As atividades Alliance One compreendem seleção, compra, processamento, embalagem e armazenamento de folhas de tabaco, mas não produz cigarros. Ela utiliza o sistema de integração para abastecer sua planta, prestando assistência técnica e financiamento, direta e indireta aos produtores de tabaco. (Seae, 2005) .

No Brasil ela contempla 2 unidades de processamento sendo uma em Santa Cruz do Sul e outra em Venâncio Aires (RS) e 3 unidades de compra em Santa Catarina e uma no Paraná. A empresa possui um escritório localizado em Vera Cruz (RS), e as

unidades de compra e processamento estão localizadas em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul.

Informações sobre a Dimom (subsidiária da Alliance One) são de difícil acesso, dado que se trata de uma empresa de capital fechado. Contudo, no relatório de sua matriz Alliance One inc demonstra que o Brasil possui uma posição estratégica em seus negócios representando 31% das operações globais de compra, isto se deve basicamente devido às restrições legais impostas nos Estados Unidos e na Europa.

### Universal Leaf

Universal Corporation, sediada em Richmond, Virginia, foi fundada em 1918. A Companhia é líder mundial em negócios com fumo em folhas e de chá. É também a maior exportadora dos Estados Unidos de sementes de girasol e líder de importação de frutas secas e castanha para o mercado americano (DESER,2003). Universal realiza negócios em mais de 30 países e emprega 24 mil de trabalhadores permanentes e sazonais.

Os negócios da Universal incluem a seleção, compra, transporte, processamento, embalagem, armazenagem e financiamento de tabaco em folha do tabaco. A Universal não fabrica cigarros ou outros produtos de consumo. As receitas da Companhia são provenientes das vendas de fumo processado e de taxas e comissões por serviços específicos.

A empresa se instalou no Brasil, em 1970 e atua no processamento do tabaco produzido no Sistema Integrado de Produção de Tabaco no sul do país, possuindo uma planta industrial com capacidade de processamento de 180 milhões de quilos na cidade de Santa Cruz do Sul. “Na safra 2004-2005 integrou aproximadamente 55 mil agricultores. As atividades da empresa geram aproximadamente 7 mil empregos diretos”. (Buainain e Souza Filho,2009)

Em 2006, a Universal Leaf foi à maior exportadora e possuía a maior capacidade diária de processamento, no mesmo ano segundo Buainain e Souza filho, devido a alterações fiscais ocorridas no RS, que restringiam o uso do credito do ICMS pelas empresas exportadoras, a Universal leaf transferiu para Joinville (SC) sua unidade de



processamento. A nova fábrica foi inaugurada no mesmo ano e conta com uma capacidade de processamento de 100 mil toneladas ano.

### Phillip Morris

A Phillip Morris é uma das empresas do grupo Altria, de origem norte-americana, com sede na Suíça, cuja as subsidiárias e a filhadas controladas e suas licenças atuam, primordialmente na fabricação e venda de produtos derivados de tabaco (Seae, 2007) e possui participação em 14% do mercado mundial de cigarros. As empresas afiliadas a ela vendem cigarros para mais de 160 países e empregam cerca de 40 mil pessoas. A empresa produz uma das marcas mais valiosas do mundo (Marlboro), além de outras populares no Brasil, como o Dallas e L&M. (Deser,2003). Operando no Brasil desde 1973, sua atividade não contempla processamento de tabaco em folha, e emprega cerca de 2400 funcionários em sua planta localizada em Santa Cruz do Sul, e nos centros de distribuição em Canos (RS), São Paulo (SP) e Araraquara (SP).

### BrasFumo

Um das poucas empresas de capital nacional no setor. Suas operações se iniciaram em 1991 e sua produção está voltada completamente ao mercado externo. “Seu complexo industrial compreende duas unidades, uma no Rio Grande do Sul e outra em Santa Catarina, com mais de 60 mil metros quadrados de área construída e com capacidade de beneficiar uma média de 13 toneladas de tabaco por hora.” (Buainan, Souza Filho, 2009)

### Kannenberg

A Kannenberg foi fundada em 1953, e está localizada em Santa Cruz do Sul (RS), tendo três filiais, sendo duas em Santa Catarina e uma no Paraná, Suas atividades para exportação tiveram início em 1996, e em 1999 ganharam um novo impulso com a

parceria das empresas norte americanas Hill, Cotton e J.Baker originando a criação da KBH & C, em Vera Cruz (RS), logo após essa fusão a Japan Tabaco Internacional adquiriu a empresa em outubro de 1999. Esta unidade de beneficiamento se tornou responsável pela comercialização e beneficiamento do tabaco exportado, que representa 80% das 42 mil toneladas de tabaco produzido. Em 2004 a empresa contava com 8.200 produtores integrados e gerava 450 empregos diretos o que representou um crescimento de 68% em relação ao total de produtores integrados em 2002.

### CTA

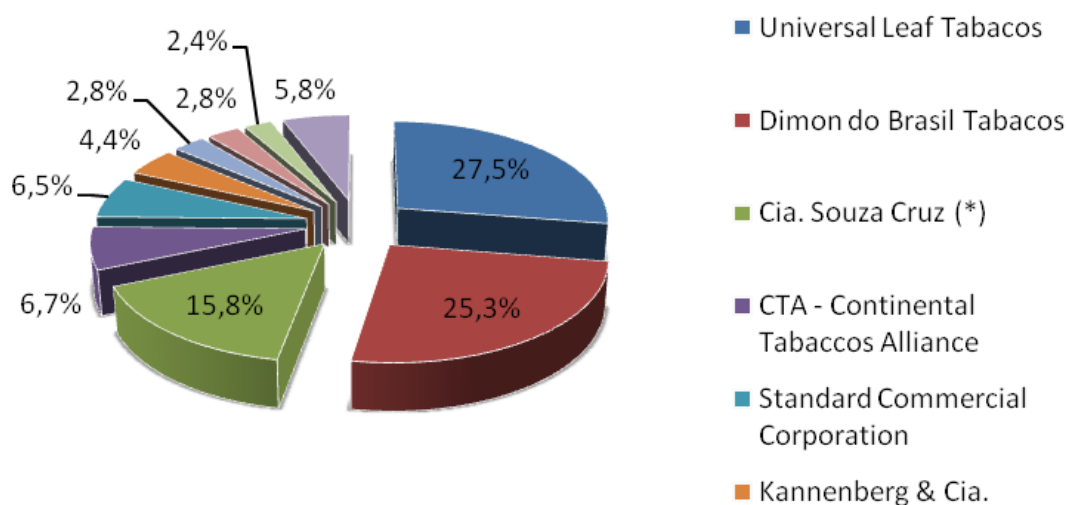
A Continental Tabaccos Alliance iniciou suas operações em 1994, possuindo aliança estratégica com a empresa americana G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc. Suas três subsidiárias empregam mais de 1500 funcionários e possui negócios concentrados na produção, compra, beneficiamento e exportação. A CTA possui capacidade de produção de 65 milhões de safras por ano, onde 90 % de sua produção destinam-se a exportação.

### Marasca

A Marasca é uma empresa de capital nacional, que iniciou suas atividades a partir de 1996. Atua principalmente no mercado interno com duas unidades de compra, sua atividade envolve milhares de produtores integrados e atua também no mercado spot.

Analisado os principais players do mercado, podemos ilustrar de acordo com os dados segundo a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), em 2005 a estrutura que vigorava no Brasil, no que se refere à participação no mercado de acordo com a capacidade instalada no mercado nacional de processamento e comercialização de folhas em tabaco.

## Participação de Mercado



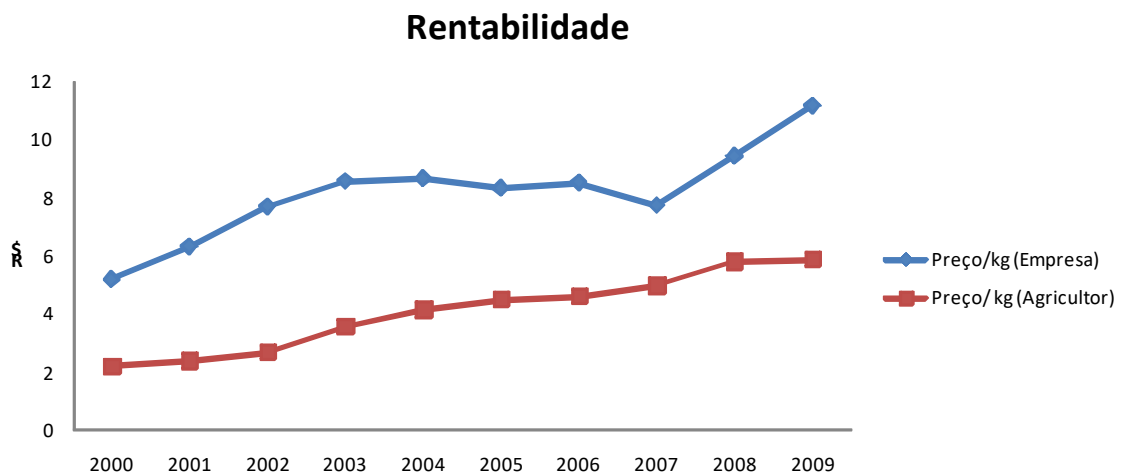
Fonte: Seae(2005)

(\*) A produção total da Souza cruz é confidencial, sendo 60 mil utilizadas como consumo cativo da empresa e confidencial para a quantidade ofertada no mercado, nas demais empresas tanto o consumo cativo quanto o ofertado é confidencial (Seae, 2005)

### 4.2 Rentabilidade

Nesta sub-seção se analisará a relação entre preço de exportação da folha processada e o preço pago ao fumicultor, procurando demonstrar a existência de uma lacuna em relação ao preço pago aos fumicultores e o preço recebido pelas empresas quando exportadoras.

O gráfico abaixo demonstra que as condições de rentabilidade das empresas além de estarem ligadas a questões de demanda, qualidade, sazonalidade, observa-se que o câmbio possui influência direta na garantia de rentabilidade destas empresas. Observamos que no ano 2000, o preço médio estimado pago ao agricultor por kg, segundo o FGV/Conjuntura Econômica, foi R\$ 2,20 evoluindo para R\$ 5,50 em 2009, equivalendo uma evolução 167%, já a quantidade exportada segundo o Cacex de folhas de fumo, no mesmo período aumentou 88%, variando de R\$ 5,17 em média o kg de fumo exportado em 2000 para R\$ 11,17, dados de acordo com a média de câmbio do período, aumentando 116%.



Fonte: Alice web/ Conjuntura econômico (FGV)

Observamos uma correlação entre a evolução dos preços médios recebido pelo produtor e o preço médio recebido pela indústria exportadora, no entanto as oscilações observadas nas diferenças entre esses dois preços, bem como a influência da taxa de cambio na determinação da margem de comercialização sugere uma investigação mais profunda com o objetivo de identificar o uso do poder de mercado.

## 5. Exportações da Folha

O tabaco foi um dos poucos setores voltados ao mercado que externo, que não teve reflexos significativos da crise econômica. Apesar da crise internacional, o tabaco atingiu valores recordes em 2009 totalizando US\$153 bilhões, o que representou 2% do total das exportações brasileiras, de acordo com os números divulgados pelo ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX). O tabaco atualmente é o terceiro produto agrícola não manufaturado na cadeia de produtos exportados. Dados estimados nos mostram que 85% de toda produção interna é destinada a exportação, somente no Rio grande do sul, o setor representou 11% do total de exportações, em Santa Catarina 8,3%, e na região sul 6,7%. Este sucesso se deve entre outros fatores a estrutura sofisticada de marketing que algumas empresas possuem no exterior como a BAT, por outro lado, pode-se explicar que uma proporção tão grande destinada ao comercio exterior seja devido à menor demanda de fumo impulsionado pela mudança de hábito e ao esclarecimento dos riscos associado ao consumo pelo produto pela população. Segundo a SINDIFUMO, esse sucesso é obtido por meio do Sistema Integrado de Produção de tabaco, onde as empresas garantem aos mais de cem clientes um produto com integridade e qualidade, características estas mantidas desde que foi assumida em 1993 a primeira posição no ranking mundial. Estaremos preocupados neste capítulo em analisar o *quantum* exportado, quem são os maiores compradores, os tipos de tabaco que compõe essa pauta de exportação. Em suma queremos verificar os fatores que impulsionam a demanda pelo tabaco brasileiro.

### 5.1 Os principais Países Exportadores

Atualmente, no Brasil, existe um grande clima de euforia por parte de alguns segmentos ligados à cadeia produtiva do tabaco, porque o Brasil está ocupando um lugar de destaque no mercado mundial de folhas de fumo: é o segundo maior produtor e o maior exportador desta *commodity* (DESER, 2003a; FAO, 2003).

A posição alcançada pelo Brasil no mercado mundial de folha de fumo deve-se a diferentes fatores como: custos internos de produção, devido ao emprego de fumicultores e suas famílias na produção resultando em menores gastos com salários, a não mecanização da lavoura que fornece uma melhor qualidade ao produto, pois recebe

maiores cuidados manuais que o fumo produzido no processo mecanizado (Ministério da Saúde, 2000). No âmbito das oportunidades para o fumo brasileiro no mercado internacional, fatores conjunturais, tais como a redução dos estoques mundiais e da produção do fumo no Zimbabue e nos EUA, têm ajudado a manutenção do Brasil na posição de maior exportador mundial (DESER, 2003a).

A participação do Brasil, nas exportações mundiais de tabaco, subiu de maneira acentuada como podemos observar na tabela abaixo, saindo de 282 milhões para 616,5 milhões de toneladas, representando uma evolução de 118% no período.

**Tabela 5.1: Exportação de tabaco dos principais países produtores em toneladas**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1 Brasil	282.364	318.984	300.513	343.029	341.487	435.395	464.862	465.981	579.365	616.467
2 China	63.433	89.894	106.355	131.722	120.334	166.962	169.203	183.701	184.661	167.822
3 Estados Unidos	223.399	228.912	215.222	190.538	184.395	190.828	157.331	156.894	165.781	152.978
4 Índia	106.644	134.072	75.035	118.837	97.363	84.476	101.164	120.637	135.383	142.702
5 Turquia	162.027	162.516	155.058	129.284	100.388	105.769	92.162	113.711	114.774	134.276
6 Malawi	112.100	116.816	129.630	95.600	90.300	93.552	105.004	102.980	93.296	115.688
7 Itália	138.634	98.945	95.664	93.862	102.933	109.623	119.165	120.883	116.348	105.568
8 Argentina	48.173	64.598	52.824	72.580	57.493	75.683	81.502	78.437	91.007	96.631
9 Zimbabue	204.230	164.980	194.141	163.933	177.053	221.145	105.547	135.405	150.943	56.694
10 Indonésia	33.205	42.281	46.960	37.097	35.657	43.031	42.687	40.639	46.462	49.712

Fonte: Faostat, 2008

O crescimento da participação brasileira no mercado internacional demonstra o grau de competitividade do sistema integrado de produção adotado no mercado doméstico, em comparação aos seus principais concorrentes internacionais. Deve-se nota que, desde o início dos anos 90, as condições macroeconômicas prevaletentes (câmbio) não favoreciam a competitividade brasileira. Além disso o país passou por profundas mudanças macroeconômicas como o fim da hiperinflação em 1994, passou por um plano de estabilização e duas crises externa. Com a valorização do real de 1994 a 1999 a competitividade dos produtos brasileiros foi bastante prejudicada, tendo um impactado na balança de pagamentos. Porém mesmo diante deste quadro, percebemos que a participação do país nas exportações mundiais de tabaco aumentou.

A China, além de maior produtor e consumidor mundial, é o segundo país exportador. Em 2005, as exportações Chinesas significaram um quarto das exportações brasileiras. A produção chinesa é composta basicamente de tabaco de baixa qualidade,

conhecido como tabaco de enchimento, não competindo diretamente com Brasil, Estados Unidos e Zimbábue, que produzem tabaco de alta qualidade.

Os Estados Unidos exportaram 153 mil quilos no mesmo período de 2005, uma quantia equivalente a 50% do total exportado pelo Brasil. O país era o principal exportador, disputando o mercado com o Brasil na produção de tabacos de alta qualidade. Mas a partir da década de 90, as reduções impostas à produção e a redução dos níveis de suporte ao setor determinaram o fim da hegemonia americana.

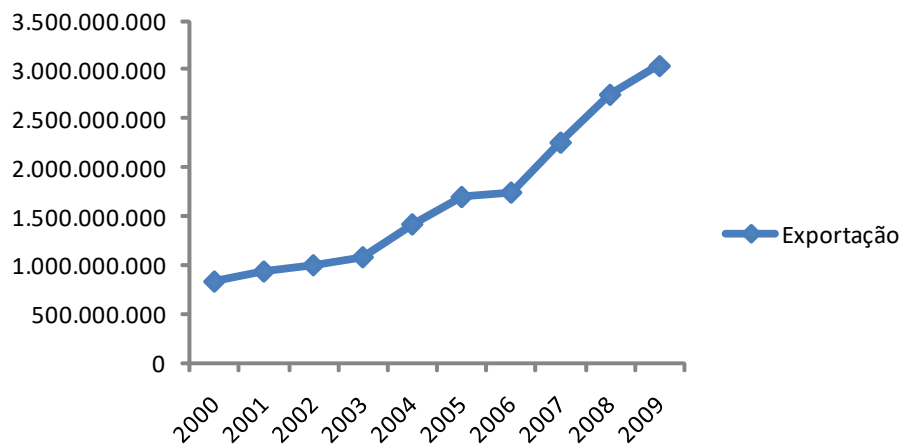
A produção e exportação do Zimbábue caíram drasticamente devido a guerra cível e a conseqüente deterioração financeira ao qual o país passou. O programa de reforma agrária provocou séria ruptura nas condições de produção de tabaco, só a nível comparativo, a exportação de 2003 foi menor em 43% comparado ao ano de 2002.

A redução da produção do Zimbábue e dos Estados Unidos, bem como a redução significativas na produção de países europeus como França, Itália e Alemanha, levou as empresas procurarem outras fontes de suprimento, em especial Brasil, Argentina, Índia e Malawi.

## **5.2 Exportações Brasileiras de Fumo Manufaturado e Não Manufaturado**

Na tabela abaixo pode-se observar a evolução de fumo manufaturado e fumo não manufaturado no período de 2000-2009. Pode-se observar que a exportação de fumo não manufaturado é muito superior à de fumo manufaturado no período. Às exportações de não manufaturado representaram entre 2000 e 2009 um aumento de 262% chegando em 3,04 bilhões de reais em 2009 a representatividade das exportações de fumo.

## Exportação



fonte: Alice Web

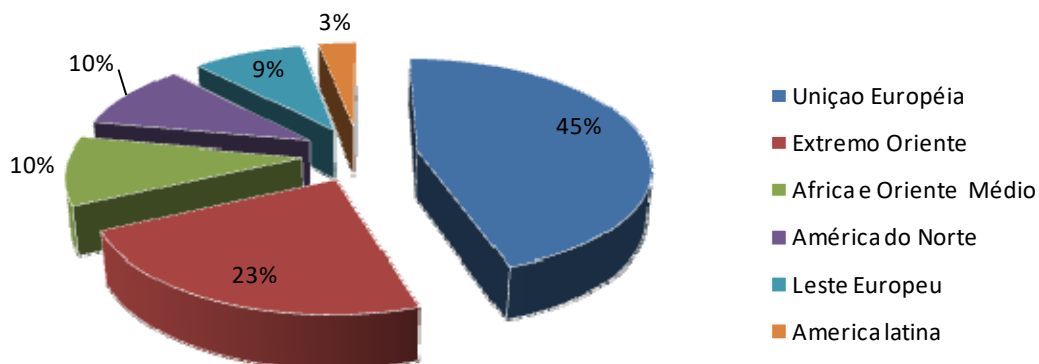
A expansão das exportações da folha de fumo em folha manufaturado em relação às exportações totais de fumo em folha do período 2000-2009 esteve associada basicamente aos países da União Européia, Extremo Oriente, África e Estados Unidos, esse aumento de demanda está associado à alta qualidade, devido basicamente a evolução tecnológica em sementes e técnicas de produtividade, a colheita manual ( que devido as características geográficas impedem a utilização de máquinas, e conserva todas as características da folha), campanhas sofisticadas de marketing, juntamente com rígido controle imposto pelas empresas, explicam esta evolução crescente na demanda por tabaco brasileiro.



### 5.3 Os Principais Países Importadores

]

#### Principais Mercados



Dentre os principais mercados podemos observar que a participação do mercado é composto por: União Européia, sendo o principal destino do produto brasileiro representado 45%, seguido pelo Extremo Oriente 23%, África e Oriente Médio 10%, América do Norte 10%, Leste Europeu 9% e América Latina 3%.

Cabe salientar que apesar dos Estados Unidos e da União Européia possuírem destaque nas importações do fumo, existem barreiras à entrada do produto brasileiro nestas regiões, como a determinação legal de percentual mínimo de 75% de fumo doméstico na produção de cigarros nos Estados Unidos, além das quotas tarifárias de importação com uma tarifa extra quota proibitiva de 350%. Enquanto que na União Européia existe uma tarifa específica entre 220 e 560 euros/t no tabaco em folha, ademais de tributação média em torno de 20,7% (SECEX, 2008). Já a fatia relativa a América Latina reflete a implementação de combate a cigarro ilegal, devido ao impacto econômico negativo que o comércio ilegal de cigarro reflete na economia. A postura adotada tanto pelas autoridades foi a inserção da alíquota de 150% sobre exportações de

fumo em folha, o que colaborou para a redução do nível de exportação para esta região, em especial áreas como Paraguai e Uruguai.

Dos principais tipos de tabaco não manufacturados exportados, temos o tipo Virginia e o Burley. O tipo Virginia representa mais de 80% em receita, alcançando a marca de US\$ 2,3 bilhões de dólares. Já o Burley alcançou a marca de US\$ 420 milhões, apresentado uma queda de aproximadamente 9% comparada ao ano de 2008 em valor e 10% em quantidade. O ganho de produtividade do tipo Virginia, foi em grande medida, determinado pela incorporação de inovações tecnológicas e pela expansão geográfica do tabaco.

**Tabela 5.2**

	<b>Virginia</b>		<b>Burley</b>	
	US\$	Quantidade(Kg)	US\$	Quantidade(Kg)
2000	581.140.074	201.224.073	138.400.811	48.580.818
2001	681.026.711	249.075.723	141.620.075	54.511.363
2002	737.416.195	280.465.498	150.297.229	56.956.748
2003	792.060.127	282.856.623	170.735.891	62.278.168
2004	1.052.618.360	352.152.201	224.179.019	77.732.225
2005	1.307.402.798	377.132.264	239.908.653	75.597.892
2006	1.297.415.061	330.224.913	266.434.821	69.043.125
2007	1.737.102.892	436.076.985	304.485.505	78.082.747
2008	2.044.439.974	402.940.295	461.845.380	84.765.668
2009	2.386.448.123	422.785.804	420.893.048	76.213.228

Fonte: Alice web

No final da década de 90 e início dos primeiros anos desta década o tabaco sofreu constates oscilações, e a partir de 2003 a tendência de queda se reverteu conforme observamos acima (Tabela 5.2) trazendo resultados significativos aos exportadores de tabaco. “É importante salientar que o preço recebido pelo produtor acompanha de perto os movimentos do preço de exportação do Brasil, o que parece contestar a hipótese de que a indústria usaria os pequenos agricultores como colchão amortecedor” (Buanian, Souza Filho ET AL, 2009; 60) o que reflete aparentemente a aversão dos produtores na troca do cultivo do tabaco por outras culturas.

## 6 - Conclusão

O principal objetivo deste estudo, foi analisar a organização e o funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil. A análise procurou compreender as relações dos fumicultores e a estrutura do mercado de tabaco nacional, procurando identificar as principais características pela crescente demanda externa pelo tabaco nacional.

A produção brasileira é estruturada por um sistema complexo, onde se observa a interação de agentes e instituições com funções e especialidades diferenciadas. As empresas processadoras e os produtores possuem papéis centrais neste contexto. As empresas operam como coordenador da cadeia, definem volume, as condições de produção, asseguram a matéria-prima, viabilizam o financiamento e realizam as exportações. Os produtores se estruturam num cenário dado, presos em contratos não havendo nenhuma margem de flexibilização, em detrimento das condições imposta pelas empresas. O ambiente envolvido tanto no cultivo quanto no manufaturamento de tabaco, envolve vários grupos de interesses tanto dos produtores quanto das empresas processadoras. Dentre os mais significativos temos a Afubra que se tornou o principal representante dos produtores rurais e desempenha papel chave na estrutura do sistema integrado. Sem margem de dúvidas esse sistema seria inviável, pelo menos na escala em que alcançou, sem a força política e capacidade técnica para negociar em nome de milhares de trabalhadores, estabelecendo e aplicando acordo com indústrias e com o governo. Pelo lado das empresas temos a SindiTabaco, que por sua vez, defende os interesses das principais empresas processadoras e exportadoras de tabaco.

O Sistema Integrado de Produção de Tabaco no Sul do Brasil se justifica pelas necessidades e pelos objetivos dos agricultores e empresas tabageira. As empresas tabageiras procuram atender cada vez mais a uma demanda qualificada, operando com intermediário entre os produtores e as indústrias de cigarro. A sua principal função consiste em assegurar os pedidos demandados e criar mercado para a produção que foge as características indesejáveis, isto porque a estrutura agrícola é formatada por pequenos agricultores familiares e o planejamento da produção de acordo com as quantidades, classes e características desejadas são cruciais.

Do lado dos agricultores, o Sistema Integrado de Produção, permite acesso ao mercado de crédito e à tecnologia, além de reduzir os riscos associados ao mercado e às condições climáticas. Dificilmente a produção de tabaco em propriedades familiares seria possível sem a garantia da aquisição do produto, preço estabelecido e acesso a insumos.

Contudo esse sistema apresenta assimetria de informação, onde a definição do preço para cada tipo/ qualidade se caracteriza como principal objeto de negociação, envolvendo polêmicas e desacordo entre as partes. As discussões giram em torno do reajuste de preço a ser aplicado a cada ano. E diante desta assimetria há uma fraca correlação entre a evolução dos preços médios recebido pelo produtor e o preço médio recebido pela indústria exportadora, no entanto as oscilações observadas nas diferenças entre esses dois preços, bem como a influência da taxa de cambio na determinação da margem de comercialização sugere uma investigação mais profunda com o objetivo de identificar o uso do poder de mercado.

Apesar de bem sucedido esta estrutura não se apresenta como um modelo fechado, pois a existência de produtores mistos, bem como a presença de intermediários “picaretas” e pequenas e grandes empresas estabelecidas legalmente na comercialização sem contrato formal, denotando um sistema mais competitivo. Observa-se que neste quadro que os produtores têm e vem praticando formas alternativas ao sistema fechado como configurado o sistema de integração de tabaco. Neste quadro o produtor estabelece sua estratégia de vendas incluindo opções de venda com mais de uma empresa integradora com o objetivo de agregar fonte adicional de recursos.

De fato, é notável que a consolidação do sistema de integrado de produção implantado no sul, seja o pilar que possibilitou a inserção do Brasil como um grande “*Player*” desta cultura. Mas todo esse sucesso aparente pode ser dividido em dois grupos com reflexos distintos: os plantadores e as grandes empresas, em geral de capital internacional. Para as empresas a maximização do lucro e para os produtores a minimização de seus prejuízos. Esses prejuízos podem ser ramificados em dois grupos no primeiro financeiro, e no segundo a violação de condições de trabalho.

Financeiros no que se refere às condições contratuais para o desenvolvimento e financiamento da plantação, com contratos cada vez mais rígidos e com cláusulas que “amarram” o produtor para o fornecimento da matéria-prima num segundo momento,

restringindo sua capacidade de barganha e ficando a mercê das empresas, numa espécie de reserva de mercado, o que favorece a formação de cartel e o controle no processo de endividamento.

Violações das condições de trabalho no que se refere ao trabalho infantil e a massiva utilização de agrotóxicos, que apesar de ser uma reivindicação por parte dos compradores internacionais e até mesmo das empresas intermediadoras para a ausência de trabalho infantil, contudo na prática tal fato não é observado, segundo o argumento que é o principal de fator gerador de renda familiar, já no caso dos agrotóxicos observam-se dois agravantes. O primeiro no sentido tradicional, onde as empresas obrigam os agricultores a utilizarem tal insumo para o desenvolvimento de determinadas qualidades do tabaco prejudicando substancialmente a saúde do agricultor, e no segundo, o problema da *Doença do tabaco verde*, pois ao lidar com a folha de tabaco, o contato da nicotina com a pele pode implicar complicações à saúde, como dificuldade para respirar, flutuações na pressão sanguínea entre outros sintomas, sendo extremamente prejudicial à saúde, cabendo notar que a nicotina que é tão potente, que tem sido usada como pesticida e inseticida desde 1763.

Mas diante das questões levantadas é de se estranhar o aumento acentuado de trabalhadores buscando a cultura do tabaco como fonte renda, e de fato isto ocorre porque quando comparado a rentabilidade desta cultura a outras, o tabaco apresenta ganhos substanciais e de fato isso surge como um atrativo ao agricultor. As questões tanto de financiamento como os firmamentos contratuais são de fato um empecilho para qualquer atividade agrícola, mas o sistema integrado conseguiu por méritos solucionar esse problema, se beneficiando muito das vezes pelo baixo índice de escolaridade presente no campo.

### Referência bibliográfica

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

IGLESIAS, ROBERTO. A economia do controle do tabaco nos países do Mercosul e associados: Brasil. Washington, D.C.: OPAS, 2006

BUAINNAIN, A. M. ;SOUZA FILHO, H M. . (Coord).”Organização e Funcionamento do Mercado de Tabaco no Sul do Brasil”.Campinas,SP:Editora Unicamp,2009.

“Anos Depois: A Vida Econômica da Souza Cruz em 102 anos./[coordenação do projeto Fernando Garcia]. São Paulo:Souza Cruz: GV consult, 2005.

SILVA, V. L. C.; GOLDFARB, L. C. e S.; TURCI, S. R., MORAES, M. F. de Oliveira. “Cigarro brasileiro: Análises e Propostas Para Redução do Consumo. Rio de Janeiro”:INCA, 2000.

BELIK, W. PAULILLO, L.F. “ Mudanças no financiamento da produção agrícola brasileira”.FAO, 2002)

BORBA, S.F.C industrialização e exportação de de fumo no Bahia, 1870-1930 (dissertação de mestrado).Salvador, UFBA,1975

DESER. Contexto Rural – Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Curitiba: Gráfica Popular, a. III, n. 04, dez. 2003.

Phillip Morris, [www.pmi.com](http://www.pmi.com)

SOUZA CRUZ. Relatório Anual – 2009. (Disponível em [www.souzacruz.com.br](http://www.souzacruz.com.br))

Seae, Secretaria de Acompanhamento Economico -2010 (Disponível em [www.seae.fazenda.gov.br](http://www.seae.fazenda.gov.br))

CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON HEALTH SMOKING, 2001. Trust us: We´re the Tobacco Industry.London /Washington

## Fonte de dados

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE FUMO (ABIFUMO)–  
[www.abrifumo.org.br](http://www.abrifumo.org.br)

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES BRASILEIROS(AFUBRA)-  
[www.afubra.com.br](http://www.afubra.com.br)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.(OMS) – [www.oms.org](http://www.oms.org)

BANCO MUNDIAL - [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

IBGE –[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IPEADATA- [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

OPAS – [www.opas.org.br](http://www.opas.org.br)

Ministério do desenvolvimento – <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>